

Safira Holding S.A. CNPJ/MF nº 13.522.948/0001-59 Relatório da Administração																		
Apresentamos a V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Diretoria. As Demonstrações completas estão disponíveis no site: <a href="http://www.ri.gsafira.com.br/">http://www.ri.gsafira.com.br/</a>																		
Balancos Patrimoniais Individuais e Consolidados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)						Demonstrações Individuais e Consolidadas do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)												
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado		Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022					
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022							
<b>Circulante</b>																		
Caixa e equivalentes de caixa	4	52	9	22.174	16.767	Emprestimos e financiamentos	12	-	-	19.896	13.770	Receita operacional líquida	18	-	-	845.831	671.499	
Títulos de valores mobiliários	5	4.501	4.205	7.408	8.126	Fornecedores	13	188	363	88.573	70.489	Custo operacionais	19	-	-	(818.407)	(634.624)	
Clientes	6	-	-	91.678	73.332	Obrigações tributárias	14	28	49	4.078	4.234	Resultado do valor justo de contratos de energia	22	-	-	22.406	24.137	
Impostos a recuperar	7	90	-	9.884	11.802	Obrigações trabalhistas	-	3	3	1.977	2.377	<b>Lucro bruto</b>				<b>49.300</b>	<b>61.012</b>	
Outros ativos	8	980	971	2.928	3.015	Valor justo dos contratos de energia	21	-	-	131.902	261.642	<b>Receitas/(despesas)</b>				<b>(22.199)</b>	<b>(22.589)</b>	
Valor justo dos contratos de energia	21	-	-	158.953	294.507	Outros passivos	-	2.541	102	10.128	7.043	Despesas gerais e administrativas	19	(2.148)	(1.496)	(22.199)	(22.589)	
Partes relacionadas	22	-	-	3.550	15.386	Partes relacionadas	22	-	-	4.748	15.829	Equivalência patrimonial	9b	26.911	26.524	3.687	(354)	
		<b>5.623</b>	<b>5.185</b>	<b>296.575</b>	<b>422.935</b>			<b>2.760</b>	<b>517</b>	<b>261.302</b>	<b>375.384</b>	Outras receitas/(despesas)	19	(3.919)	(5.591)	3.594	(1.794)	
<b>Não circulante</b>						<b>Patrimônio líquido</b>						<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>				<b>20.844</b>	<b>19.437</b>	
Valor justo dos contratos de energia	21	-	-	132.090	88.596	Capital social	17	62.879	11.010	62.879	11.010	Receitas financeiras	20	476	351	2.233	2.574	
Títulos de valores mobiliários	5	-	-	1.872	-	Reserva legal	-	2.817	985	2.817	985	Despesas financeiras	20	(66)	(4)	(3.854)	(4.944)	
Outros ativos	8	5.510	8.021	5.885	10.283	Reserva de investimentos	-	28.214	74.920	28.214	74.920	<b>Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>				<b>21.254</b>	<b>19.784</b>	
Partes relacionadas	22	26.217	20.640	6.013	5.583	Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	Corrente	15.b	-	(77)	(3.692)	(4.374)	
Investimento	9	123.153	100.566	22.507	21.883	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>93.910</b>	<b>86.915</b>	<b>98.199</b>	<b>89.877</b>	Diferido	15.a	-	-	(6.536)	(7.437)	
Imobilizado	10	-	-	39.510	31.835			<b>93.910</b>	<b>86.915</b>	<b>98.199</b>	<b>89.877</b>	<b>Lucro líquido do exercício</b>				<b>21.254</b>	<b>19.707</b>	
Intangível	11	-	-	11.166	2.318							Atribuído aos controladores					21.254	
		<b>154.880</b>	<b>129.227</b>	<b>219.043</b>	<b>160.498</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>160.503</b>	<b>134.412</b>	<b>515.618</b>	<b>583.433</b>	Atribuído aos não controladores					1.809	19.707
<b>Total do ativo</b>		<b>160.503</b>	<b>134.412</b>	<b>515.618</b>	<b>583.433</b>			<b>160.503</b>	<b>134.412</b>	<b>515.618</b>	<b>583.433</b>	Quantidade por ações (mil)		11.010	10.976			2.387
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.																		
Demonstrações Individuais e Consolidadas das Mutuações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)						Demonstrações Individuais e Consolidadas dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)												
Saldos em 1º de janeiro de 2022	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido	Controladora		Consolidado		Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022					
								2023	2022	2023	2022							
Transferência para Ad. referendunt (AGE 13/03/2023) nº 17.a	-	-	-	61.377	(61.377)	-	-	-	-	-	-	-	-					
Aumento de capital social	1.000	-	-	-	(985)	-	-	1.000	-	340	-	-	1.340					
Reserva legal	-	985	-	-	-	-	-	-	985	-	-	-	468					
Outras movimentações capital	-	-	-	(107)	-	-	-	-	-	575	-	-	22.094					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	19.707	-	-	-	19.707	2.387	-	-	(6.389)					
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(5.072)	-	-	-	(5.072)	(1.317)	-	-	-					
Transferência para reserva de investimentos	-	-	-	13.650	-	-	-	-	-	-	-	-	-					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>11.010</b>	<b>985</b>	<b>74.920</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>86.915</b>	<b>2.962</b>	<b>89.877</b>	<b>86.915</b>	<b>2.962</b>	<b>89.877</b>	<b>89.877</b>	<b>89.877</b>					
Transferência para Ad. referendunt (AGE 13/03/2023) nº 17.a	51.869	769	(52.638)	-	-	-	-	-	-	(149)	-	-	(149)					
Outras movimentações capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.809	-	-	23.063					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	21.254	-	-	-	21.254	1.809	-	-	23.063					
Reserva legal	-	1.063	-	-	(1.063)	-	-	-	-	-	-	-	-					
Distribuição de dividendos	-	-	-	(9.168)	-	-	-	-	-	(333)	-	-	(14.592)					
Transferência para reserva de investimentos	-	-	-	15.100	-	-	-	-	-	-	-	-	-					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>62.879</b>	<b>2.817</b>	<b>28.214</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>93.910</b>	<b>4.289</b>	<b>98.199</b>	<b>93.910</b>	<b>4.289</b>	<b>98.199</b>	<b>98.199</b>	<b>98.199</b>					
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.																		
Demonstrações Individuais e Consolidadas dos Fluxos de Caixa – Método Indireto – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)																		
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado						
													2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>21.254</b>	<b>19.707</b>	<b>23.063</b>	<b>22.094</b>	<b>3.141</b>	<b>(5.251)</b>	<b>22.943</b>	<b>22.638</b>	<b>3.141</b>	<b>(5.251)</b>	<b>22.943</b>	<b>22.638</b>						
Ajustes que não afetam o caixa																		
IR e CSLL diferido	-	-	6.536	7.437	(1.882)	(1.464)	(696)	(111)	8.744	-	2.150	-						
Depreciações e amortizações	-	-	1.311	540	-	-	-	-	-	435	-	-						
PECLD	-	-	(264)	60	-	-	-	-	-	-	(149)	-						
Juros sobre empréstimos	-	-	4.655	4.180	-	-	-	-	-	-	-	-						
Baixas de investimentos	-	1.455	-	1.337	(296)	(4.205)	(1.154)	(2.370)	(5.577)	(14.985)	(430)	3.429						
Equivalência patrimonial	(26.911)	(26.524)	(3.687)	354	-	-	-	-	-	(8.836)	(31.769)	-						
Distribuição desproporcional e outros	3.463	4.767	976	2.442	-	-	-	-	-	-	(8.998)	-						
Resultado do valor justo de contratos de energia	(2.194)	(595)	10.184	14.307	<b>989</b>	<b>(20.219)</b>	<b>(18.112)</b>	<b>(30.821)</b>	<b>989</b>	<b>(20.219)</b>	<b>(18.112)</b>	<b>(30.821)</b>						
<b>Decréscimo/(a Acréscimo) nas contas de ativo</b>	<b>(18.082)</b>	<b>16.579</b>	<b>11.836</b>	<b>(9.210)</b>	<b>(14.259)</b>	<b>(5.072)</b>	<b>(14.592)</b>	<b>(6.390)</b>	<b>(14.259)</b>	<b>(5.072)</b>	<b>(14.592)</b>	<b>(6.390)</b>						
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-						
Impostos a recuperar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-						
Outros ativos	2.502	(5.094)	4.485	(8.156)	-	-	-	-	-	-	-	-						
<b> Acréscimo/(decréscimo) nas contas de passivo</b>	<b>2.502</b>	<b>(5.094)</b>	<b>4.485</b>	<b>(8.156)</b>	<b>4.087</b>	<b>25.478</b>	<b>576</b>	<b>9.650</b>	<b>4.087</b>	<b>25.478</b>	<b>576</b>	<b>9.650</b>						
Fornecedores	(175)	299	18.084	(3.228)	-	-	-	-	-	-	-	-						
Obrigações trabalhistas	-	-	(400)	1.873	-	-	-	-	-	-	-	-						
Partes relacionadas	-	-	(11.081)	5.549	-	-	-	-	-	-	-	-						
Obrigações tributárias	(21)	48	(156)	379	-	-	-	-	-	-	-	-						
Outros passivos	3.029	91	6.155	6.759	-	-	-	-	-	-	-	-						
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.																		

continua...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/04/2024

ICP Brasil

Acesse a página de Publicações Legais no site do [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal), apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

... continuação

**Safira Holding S.A.**

da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. **b) Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **c) Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **3.2. Valor justo dos contratos de energia:** A Companhia tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições forward, geralmente de curto prazo. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda. A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou "desfazendo sua posição" do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda). Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente convertíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9/CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **3.3. Demais passivos circulantes e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos. **3.4. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo. **3.5. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **3.6. Registro das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:** As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado. **3.7. Demonstração de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações de valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Companhias reguladas pela CVM, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **3.8. Resultado por ações:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33. **3.9. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023**

Novos pronunciamentos	Natureza da alteração	Período vigente
Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2)	Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfizem as exigências da IFRS 15/CPC 47;	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 1/ CPC 26	Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante;	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 1/ CPC 26	Esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório;	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 7/CPC 03 (R2) 3 IFRS 7/CPC 40 (R1)	Esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade;	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 21/CPC 02 (R2)	Exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável.	1º de janeiro de 2025

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	2023	2022
<b>Consolidado</b>		
Bancos conta movimento	1.146	156
Aplicações financeiras	21.028	16.601
<b>Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras referem-se a operações de "CDB" com banco de primeira linha, ou investimentos em fundos conservadores que aplicam em títulos públicos e/ou títulos de crédito privado, com remunerações que variam entre 90% e 105% do CDI.</b>	<b>22.174</b>	<b>16.767</b>

**5. Títulos e valores mobiliários**

	2023	2022
<b>Consolidado</b>		
Circulante	7.408	8.126
Não Circulante	1.872	-
<b>9.280</b>	<b>8.126</b>	

Aplicações financeiras no montante de R\$ 9.280 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 8.126 em 31 de dezembro de 2022. Parte desse montante é utilizado como garantia junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) (vide Nota Explicativa nº 12) para fins de financiamento das usinas Rio do Prado I e Rio do Prado II. Para a UFV Rio do Prado I, os valores estão bloqueados até termos recebíveis da Safira Geração Distribuída SPE Ltda., oriundos da referida usina. A aplicação financeira dada em garantia ao BDMG para essa usina foi realizada mediante aquisição de Certificado de Depósito Bancário (CDB) do próprio banco, em 2022, e renovada em abril de 2023 mediante substituição do CDB por uma Letra de Crédito Agropecuário (LCA) de valor equivalente a R\$ 4.148 com vencimento em 20 de abril de 2024 e liquidez de 90 dias a partir da aplicação, tendo remuneração equivalente a 100% da taxa CDI apurada. Para a usina Rio do Prado III, o valor aplicado é de R\$ 2.152 oriundo de investimento em CDB no Banco Inter para a constituição de fiança bancária em favor do BDMG, sendo remunerado a 112,57% do CDI, sendo que essa garantia poderá ser substituída pelos recebíveis da usina assim que ela estiver em fase operacional, como complemento da garantia junto aos empréstimos BDMG foi depositado em garantia R\$ 353.

**6. Clientes – a) Composição**

	2023	2022
<b>Consolidado</b>		
Faturados	3.215	9.018
Não Faturados (*)	89.924	65.511
(-) PECLD	(1.461)	(1.197)
<b>91.678</b>	<b>73.332</b>	

(\*) Os saldos de "Não faturados" são compostos por R\$ 89.924 em 31 de dezembro de 2023, R\$ 65.511 em 31 de dezembro de 2022 referentes a provisões de vendas de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cujo contrato de venda e o consumo de energia ocorreu até o último dia de cada data-base e foi faturado no mês subsequente com recebimento até o 9º dia útil do mês subsequente.

**b) Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer**

	2023	2022
<b>Consolidado</b>		
<b>Vencidos</b>		
01 – 30 dias	1.951	1.540
31 – 60 dias	-	260
61 – 90 dias	-	66
Acima de 90 dias	808	1.288
<b>Subtotal vencidos</b>	<b>2.759</b>	<b>3.154</b>
<b>A vencer</b>		
Até 45 dias	90.380	71.375
<b>Subtotal a vencer</b>	<b>90.380</b>	<b>71.375</b>
<b>93.139</b>	<b>74.529</b>	

**c) Movimentação da provisão para perda de crédito esperada com clientes**

	2023	2022
<b>Saldo inicial</b>	<b>(1.197)</b>	<b>(323)</b>
(-) Adições	59	59
(+) Excluídas	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>(1.461)</b>	<b>(323)</b>
<b>7. Impostos a recuperar</b>		
PIS e COFINS a recuperar	8.417	9.210
ICMS a recuperar	-	13
IRRF a recuperar	1.011	1.156
CSLL retido na fonte	29	199
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	186	948
Outros	241	276
<b>9.884</b>	<b>11.802</b>	
<b>Consolidado</b>	<b>377</b>	<b>8.584</b>
<b>2023</b>	<b>-2022</b>	
1.903	610	
22	-	
1.003	2.405	
<b>2.928</b>	<b>3.015</b>	

**8. Outros ativos**

	2023	2022
<b>Circulante</b>		
Adiantamento a fornecedores	1.903	610
Juros sobre arrendamento	22	-
Outros ativos	1.003	2.405
<b>2.928</b>	<b>3.015</b>	
<b>Não Circulante</b>		
Custos com M&As em andamento (1)	3.610	1.250
Projetos e investimentos iniciais em Usinas	1.898	449
Outros ativos	377	8.584
<b>5.885</b>	<b>10.283</b>	

(1) Operação de aquisição da empresa CTX S.A. que aguarda liberação BACEN para

**b) Movimentação**

	2022	Aporte	Ágio na Compra	Distribuição desproporcional	Outros	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de Dividendos	2023
<b>Controladas</b>								
Safira Administração e Com. de Energia S.A.	30.560	-	-	-	-	6.779	(6.594)	30.745
Safira Varejo Comercialização de Energia Ltda.	22.230	-	-	(1.604)	-	17.892	-	38.518
Safira Trading Geração de Energia Ltda.	23.607	-	-	-	-	2.581	-	26.188
Safira On Consultoria e Sistemas Ltda.	261	-	-	(274)	172	-	-	159
Safira Artemis Comercializadora de Energia Ltda.	1.118	1.150	-	-	(18)	(58)	-	2.192
Safira Venture Investimentos SPE Ltda.	895	-	-	-	-	(2)	-	893
Safira 01Rj Administrativo Ltda	-	-	-	-	-	(20)	-	(20)
Safira Gestão e Prest. de Serv. em Energia Ltda.	(631)	-	-	(1.219)	-	(268)	-	(2.118)
Safira Geração Distribuída SPE – Ltda.	(3)	-	-	-	-	(1.479)	-	(1.482)
Safira Solar Consultoria e Sistemas Ltda.	(631)	-	-	-	(631)	(2.476)	-	(3.738)
Safira Solar Consultoria e Sistemas Ltda. – Ágio na compra	-	-	1.882	-	-	-	-	1.882
Raíson Processamento de Dados Ltda.	11	-	-	(4)	-	275	-	70
<b>77.417</b>	<b>1.150</b>	<b>1.882</b>	<b>(3.309)</b>	<b>(481)</b>	-	<b>23.224</b>	<b>(6.594)</b>	<b>93.289</b>
<b>Controladas em conjunto e outros investimentos</b>								
BBCe Balcão Brasileiro de Com. de Energia	10.625	-	-	-	-	-	-	10.625
Safira VMF MC 01 Ass. e Consult. SPE Ltda.	8.695	-	-	(167)	207	844	(2.150)	7.429
Indra Comercializadora de Energias Ltda.	2.563	-	-	(956)	-	2.786	-	4.393
Safira Porteirainha 1 Geração De Energia Spe Ltda	-	2	-	-	-	57	-	59
<b>21.883</b>	<b>2</b>	<b>1.882</b>	<b>(1.123)</b>	<b>207</b>	-	<b>3.687</b>	<b>(2.150)</b>	<b>22.506</b>
<b>99.300</b>	<b>1.152</b>	<b>1.882</b>	<b>(4.432)</b>	<b>(274)</b>	-	<b>26.911</b>	<b>(8.744)</b>	<b>115.795</b>

**c) Composição dos investimentos e controladas em conjunto:**

	2023	2022
<b>Controladas:</b>		
Safira Administração e Com. de Energia S.A.	401.474	370.725
Safira Varejo Comercialização de Energia Ltda.	343.178	299.778
Safira Trading Geração de Energia Ltda.	49.867	23.677
Safira On Consultoria e Sistemas Ltda.	1.818	1.660
Safira Artemis Comercializadora de Energia Ltda.	2.681	467
Safira Venture Investimentos SPE Ltda.	900	900
Safira 01Rj Administrativo Ltda	606	626
Safira Gestão e Prest. de Serv. em Energia Ltda.	5.253	7.555
Safira Geração Distribuída SPE – Ltda.	42.916	44.828
Safira Solar Consultoria e Sistemas Ltda.	3.552	7.291
Raíson Processamento de Dados Ltda.	104	27
<b>Controladas em conjunto e outros investimentos:</b>		
Safira VMF MC 01 Ass. e Consult. SPE Ltda.	17.960	3.098
Safira Comercializadora de Energias Ltda.	236.628	217.893
Safira Porteirainha 1 Geração de Energia SPE Ltda	4.585	4.194
<b>1.111.522</b>	<b>981.819</b>	
<b>129.704</b>	<b>39.002</b>	

**10. Imobilizado – a) Composição do imobilizado (consolidado):**

	2023	2022
<b>Imobilizado</b>		
Veículos	807	1.278
Computadores e periféricos	385	237
Benefetorias	17	-
Outros	347	291
Máquinas e equipamentos	259	218
Usinas	-	32.497
Arrendamentos	-	1.592
Imobilizado em andamento (1)	-	12.679
Adiantamento a fornecedor (2)	3.397	3.397
	43.121	39.510
<b>11.522</b>	<b>98.189</b>	

(1) A Safira Geração Distribuída SPE – Ltda. iniciou a construção de duas usinas: Rio do Prado I e Rio do Prado III. A construção está sobre responsabilidade da empresa Bono Energias Renováveis Ltda., na modalidade turn key, onde apenas um fornecedor é contratado do início ao fim da obra. As Usinas Fotovoltaica (UFV) Rio do Prado I e III contam com financiamento contratado junto ao BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), R\$ 10.409 e R\$ 11.202 respectivamente, cujos 100% já foram liberados; (2) Adiantamento a fornecedores (Cemig e Bono) no montante de R\$ 3.397 para os Projetos Rio do Prado I e Rio do Prado III.

**b) Movimentação**

	2022	Adições	Depreciação	Reclassificação	2023
<b>Imobilizado</b>					
Veículos	807	618	(147)	-	1.278
Computadores e periféricos	385	30	(178)	-	237
Benefetorias	17	-	(17)	-	-
Outros	347	-	(56)	-	291
Máquinas e equipamentos	259	-	(41)	-	218
Usinas	-	2.098	(216)	-	32.497
Arrendamentos	-	6.090	(506)	-	1.592
Imobilizado em andamento	12.679	-	-	(18.769)	3.397
Adiantamento a fornecedor	17.341	-	-	(13.944)	3.397
	31.835	8.836	(1.161)	-	39.510

**11. Intangível – a) Composição do imobilizado (consolidado)**

	2023	2022
<b>Intangível</b>		
Direito de uso Software	704	224
Plataforma Safira Solar (1)	2.760	2.760
Varejista (2)	4.644	4.644
Prisma Middle (3)	950	950
Raíson (4)	706	706
Ágio	1.882	1.882
Outros	-	-
	11.646	11.166

(1) Plataforma criada para operacionalizar o produto Safira Solar  
(2) Gastos pré-operacionais referentes ao produto Safira Simples, iniciado a partir de janeiro de 2024; (3) Projeto com intuito de vender informações meteorológicas precisas a produtores rurais e comercializadoras de energia; (4) Projeto de dados do grupo focado em comercialização de energia

**b) Movimentação**

	2022	Adições	Amortização	Baixas	2023
<b>Intangível</b>					
Direito de uso Software	320	54	(150)	-	224
Plataforma Safira Solar	-	2.760	-	-	2.760
Varejista	-	4.644	-	-	4.644
Prisma Middle	-	950	-	-	950
Raíson	-	706	-	-	706
Ágio na compra de controlada	-	-	-	-	1.882
Outros	1.998	-	-	(1.998)	-
	2.318	10.996	(150)	(1.998)	11.166

**12. Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Juros	Finalidade	Prazo	2023	2022
Em moeda nacional					
CCB – ABC	5,55% a.a. + 100% CDI	Fluxo de caixa	ago/23	-	1.791
CCB – BTG	3,00% a.a. + 100% CDI	Fluxo de caixa	ago/23	-	7.917
CCB – Safra	4,28% a.a. + 100% CDI	Fluxo de caixa	out/23	-	1.689
CCB – Safra II	3,04% a.a. + 100% CDI	Fluxo de caixa	abr/24	1.048	426
CCB – Banco do Brasil	6,00% a.a. + 100% CDI	Fluxo de caixa	jun/24	5.045	-
CCB – Safra III	3,04% a.a. + 100% CDI	Fluxo de caixa	jun/23	-	995
CG – Banco do Brasil – garantia	6,50% a.a. + 100% CDI	Fluxo de caixa	jun/24	300	-
CCB – BDMG I	3,75% a.a. + 100% CDI	Investimento em usinas	dez/32	10.409	11.416
CCB – BDMG II	3,75% a.a. + 100% CDI	Investimento em usinas	set/33	11.202	11.500
CCB – Sofisa	5,50% a.a. + 100% TR	Fluxo de caixa	dez/28	9.893	-
CCB – MB Mercado Bitcoin (1)	2,50% a.a. + 100% CDI	Fluxo de caixa	out/25	13.907	-
<b>Total</b>				<b>51.804</b>	<b>35.734</b>
Circulante				19.896	13.770
Não circulante				31.908	21.964
				<b>51.804</b>	<b>35.734</b>

efetivar, cedendo as empresas que já pertenceram ao grupo, Fomento e Kikai mais o montante de R\$ 1.000.

**9. Investimentos – a) Composição**

	2023	2022



... continuação

Safira Holding S.A.

opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossas opiniões, essas demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das

operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossas opiniões. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas

demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos exercícios e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de março de 2024.

**BDO** BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2SP 013.846/O-1

**Thiago Gonçalves Marques**  
Contador  
CRC 1SP 125.4881/O-8

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/04/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





Safira Administração e Comercialização de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.495.582/0001-07

Relatório da Administração

Apresentamos a V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Diretoria.

Complex table containing: Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022; Demonstrações do Resultado em 31 de dezembro de 2023 e 2022; Demonstração do Fluxo de Caixa; Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido; Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Includes detailed financial data and explanatory notes.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal



Safira Administração e Comercialização de Energia S.A.				
... continuação				
		<b>2022 Adições Amortização 2023</b>		
Direito de uso Software		261	(115)	146
Plataforma Safira Solar		1.804	-	1.804
Varejista		939	-	939
Prisma Middle		213	-	213
Raison		1.388	-	1.388
Total		261	4.344	(115) 4.490
<b>10. Empréstimos e financiamentos</b>				
<b>Modalidade</b>		<b>Juros</b>		
Em moeda nacional				
CCB - ABC		5,55% a.a + 100% CDI	-	1.791
CCB - BTG		3,00% a.a + 100% CDI	-	7.917
CCB - Safra		4,28% a.a + 100% CDI	-	1.689
CCB - Safra II		3,28% a.a + 100% CDI	-	426
CCB - Safra III		3,04% a.a + 100% CDI	1.048	995
CCB - Banco do Brasil		6,00% a.a + 100% CDI	5.045	-
CCB - Banco do Brasil - Garantida		6,50% a.a + 100% CDI	300	-
Total			6.393	12.818
<b>Movimentação dos empréstimos e financiamento Cap - Pagamento principal + juros Saldo em 2022</b>				
Saldo em 2022		6.300	1.152	(13.877) 6.393
<b>11. Fornecedores:</b>				
<b>a) Política contábil:</b> Incluem a compra de energia elétrica faturados para a Companhia e compra de energia não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado pelo regime de competência. São obrigações registradas como passivos financeiros pelo custo amortizado, no qual não há impactos de juros.				
<b>Composição</b>		2023	2022	
Suprimento de energia		16.045	19.154	
Provisão por competência (1)		51.748	34.963	
Total		67.792	54.118	
<b>(1) O saldo de "provisão por competência" é composto por R\$ 51.748 referente a compra de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo contrato de compra e consumo de energia, ocorreu até o último dia de cada data base e faturado pelo fornecedor de energia no mês subsequente.</b>				
<b>12. Obrigações tributárias</b>				
ICMS a recolher		551	1.184	
PIS, COFINS e CSLL retido na fonte		4	7	
IRRF Terceiros		-	6	
ISS a recolher		204	3	
Provisão IR e CSLL		761	1.200	
<b>13. Resultado de Renda e Contribuição Social:</b>				
<b>a) Política contábil:</b> O imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e a Contribuição Social sobre o lucro líquido corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado. Os impostos diferidos, advindos do ajuste de avaliação patrimonial quando aplicável são reconhecidos no patrimônio líquido. Os demais impostos diferidos são reconhecidos no resultado, quando constituídos. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de Renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, desde que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. <b>b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferido:</b> As provisões para imposto de Renda e Contribuição Social diferido em 31 de dezembro de 2023 foram constituídas sobre o Ganho/(perda) com instrumentos financeiros da Companhia e com o Prejuízo fiscal. A alíquota do imposto de Renda é de 25%, e a Contribuição Social é de 9%. O cálculo de imposto de renda e contribuição social diferido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram como segue:				
Valor Justo		23.417		
Prejuízo fiscal		(2.827)		
Diferenças temporárias		20.590		
Imposto de renda - 25%		5.148		
Contribuição Social - 9%		1.853		
Total do passivo fiscal diferido		7.001		
<b>c) Composição Imposto de Renda e Contribuição Social corrente:</b> O cálculo de imposto de Renda e Contribuição Social corrente referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram como segue:				
		2023	2022	
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		7.074	4.385	
Adições		4.675	519	
(+ Brindes		13	5	
(+ Multas de trânsito		2	1	
(+ Provisões de despesas		10	497	
(+ Outras despesas indutíveis		524	16	
(+ Resultado do valor justo de contratos de energia		4.126		
(-) Exclusões		(497)	(1.628)	
(-) Resultado do valor justo de contratos de energia		-	(1.628)	
(-) Outras receitas indutíveis		-		
(-) Provisões de despesas		(497)		
Base de cálculo antes da compensação		11.252	3.276	
(+) Compensação do prejuízo		(3.376)	(983)	
Base tributável		7.876	2.293	
Alíquota de IR 15%		(1.181)	(344)	
Adicional 10%		(767)	(205)	
CSLL 9%		(709)	(206)	
Imposto de renda e contribuição social corrente		(2.657)	(756)	
<b>14. Contingências:</b> A Companhia no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui processos contingentes que necessitem ser provisionados nas demonstrações contábeis. Entretanto, possui processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 389 (2022 356) que requerem divulgação.				
<b>Revisão da apuração de tributos:</b> De acordo com a legislação vigente, a operação da Companhia está sujeita à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos com referência aos tributos e encargos sociais/previdenciários (Imposto de Renda, Contribuição Social, ISS, PIS, COFINS, INSS e FGTS). Na ocorrência destas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionados pelas autoridades fiscais. A Administração da Companhia considera que estes impostos foram devidamente recolhidos ou provisionados nas demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. <b>15. Patrimônio líquido:</b> a) <b>Capital social (Expresso em Reais):</b> O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 10.010.000 totalmente integralizado, representado por 10.010.000 quotas. A composição da Companhia pode ser assim demonstrada:				
		<b>Capital social Ações ordinárias %</b>		
Safira Holding Ltda.		10.009.850	10.009.850 99,99%	
Mikio Kawai Junior		150	150 0,01%	
Total		10.010.000	10.010.000 100%	
<b>b) Distribuição de dividendos mínimo obrigatório:</b> A partir de 2017, a Companhia se tornou uma sociedade anônima de capital fechado, e assegurado ao acionista a distribuição de um dividendo de 20% do resultado do exercício ajustado conforme Estatuto social, diminuído da parcela destinada à constituição da reserva legal (5% do lucro líquido), não superior a 20% do capital social. Em 2023 foram distribuídos lucros aos sócios no montante de R\$ 6.593, conforme ata registrada em 28 de agosto de 2023, consumidos da retenção de lucros. c) <b>Reserva Legal:</b> O Estatuto social prevê a constituição de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. d) <b>Lucro por ações:</b> <b>2023</b> <b>2022</b> Lucro líquido do exercício 6.781 3.216 Média ponderada de ações 10.010 10.010 <b>Lucro líquido básico e dividido por ações 0,68 0,32</b>				
<b>16. Receita de vendas:</b> a) <b>Política contábil:</b> A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. A receita e compra de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.				
		2023	2022	
Receita de energia elétrica		852.553	572.126	
Outras receitas		800	395	
Receita bruta		853.353	572.521	
Impostos incidentes sobre as vendas e outras deduções		(89.762)	(64.529)	
Receita líquida		763.591	507.992	
<b>17. Natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado:</b> a) <b>Política contábil:</b> Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. O custo do serviço de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comprada para comercialização vinculada à atividade operacional da Companhia.				
		2023	2022	
Custo de energia revendida		(747.330)	(487.215)	
Outros custos - CCEE		(1.218)	(3.180)	
Despesa com pessoal		(6.349)	(6.104)	
Serviços de terceiros		(2.924)	(6.520)	
Depreciações e amortizações		(923)	(501)	
Mensalidades		(16)	(354)	
Honorários advocatícios		(58)	(257)	
Serviços contábeis		(67)	(155)	
Manutenção e outros		(1.063)	(616)	
(-) PECLD		(264)	(75)	
Outras (despesas)/receitas		1.429	1.863	
Cessão de recebíveis		8.237		
Total		(750.546)	(503.114)	
Custo da energia comprada		(748.548)	(490.395)	
Despesas gerais e administrativas		(11.664)	(14.582)	
Outras (despesas)/receitas		9.666	1.633	
Total		(750.546)	(503.114)	
<b>18. Resultado financeiro líquido</b>				
Despesas financeiras		(76)	(60)	
Tarifas bancárias		(1.152)	(3.128)	
Juros sobre empréstimos - sócios		(1.219)	-	
Juros sobre empréstimos - CPC 20		1.316	-	
Juros de mora e multa		(331)	(168)	
IOF		(277)	(87)	
Descontos concedidos		(143)	(42)	
Descontos - Antecipação recebíveis		(1.273)	-	
Total		(3.155)	(3.485)	
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras		1.192	1.313	
Juros recebidos		116	34	
Descontos obtidos		2	17	
Total		1.310	1.364	
Total		(1.845)	(2.121)	
<b>19. Instrumentos financeiros:</b> a) <b>Gerenciamento de riscos:</b> A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são: <b>Risco de liquidez:</b> O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os fluxos de caixa com juros pré-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.				
<b>Fluxo de pagamentos na data-base:</b>				
		Até 01 ano	Até 02 anos	
Fornecedores		67.792	- 67.792	
Empréstimos e financiamentos		6.393	- 6.393	
Total		74.185	- 74.185	
<b>Risco de crédito:</b> A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito pela análise financeira criteriosa considerando o ambiente econômico atual, vínculo de liquidação na CCEE, reputação e conhecimento técnico dos sócios. <b>Risco de mercado:</b> Para comercialização de energia o risco de mercado está principalmente ligado às perdas financeiras, que podem ocorrer pela variação no preço da energia que irá valorar suas sobras e/ou déficits no mercado livre, as quais são marcadas a preço de mercado. Estas sobras e/ou déficits são referentes a posições de energia em aberto que não foram convertidas em contratos, logo, estas posições podem impactar a carteira de energia da companhia detentora. Tais flutuações geram impacto econômico para todos pertencentes ao mercado livre de energia e a administração da companhia monitora constantemente.				
<b>Relatório do Auditor Independente</b>				
Aos Acionistas e Administradores da <b>Safira Administração e Comercialização de Energia S.A.</b> Barueri-SP				
<b>Opinião sobre as demonstrações contábeis:</b> Examinamos as demonstrações contábeis da Safira Administração e Comercialização de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Safira Administração e Comercialização de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.				
<b>Outros assuntos: Valores correspondentes:</b> As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por nós, para as quais emitimos opinião sem modificação, na data de 31 de março de 2023. <b>Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:</b> A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 03 de abril de 2024.				
<b>A Diretoria</b>				
<b>Odimar Bezerra Moraes Junior</b> – Contador CRC 1SP 310.478/O-1				
A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices, assim mitigando eventuais riscos decorrentes de inflação e quaisquer outros indexadores pós fixados.				
<b>Exposição energética em MWh:</b>				
		<b>Exposição (Short)/Long</b>		
Período		Compra	Venda	
2024		5.400.473	(4.723.978)	
2025 a 2031		5.271.366	(6.617.609)	
Total		10.671.839	(11.341.588)	
<b>Análise de risco (operações de compra e venda de energia):</b> O principal fator de risco é a exposição à variação dos preços de mercado da energia do mercado livre. A variação da taxa de desconto não impacta de forma relevante o valor justo apurado. As análises de sensibilidade foram preparadas conforme metodologia de VaR da Companhia, o qual é a principal ferramenta de gerenciamento aplicada para esse tipo de risco. Dessa forma, considerando um cenário de elevação de preços, considerando a série de preços que reflete a série p95 do VaR (máxima perda no cenário de alta de preços) e outro cenário de redução de preços considerando a série de preços que reflete o p05 do VaR (máxima perda no cenário de redução de preços): Essa análise sensibilidade capturada pela metodologia de VaR da Companhia, dado a volatilidade histórica do mercado e correlação entre os produtos, apresenta maior variação de preço no curto prazo dado sua grande correlação com variáveis mais incertas como hidrologia e carga, e menor variação no longo prazo devido sua baixa correlação com essas variáveis e maior correlação com a dinâmica de oferta e demanda de energia. • O VaR é a avaliação do potencial máximo de perda (ou pior perda) a um intervalo de confiança especificado (• é nível de confiança) que um investidor estaria exposto dentro de um horizonte de tempo considerando; • O VaR pode ser traduzido como a quantia em que as perdas não se excederão em (1 - %) dos cenários. A Companhia utiliza um espaço de confiança de 95%. Um VaR (95%) indica que existem 5 chances em 100 de que o prejuízo seja maior do que o indicado pelo VaR no prazo para o qual foi calculado; • P95 do VaR - Nesse caso p95 do VaR indica a série que representa a máxima perda das séries geradas no caso de alta de preços; • P05 do VaR - Nesse caso p05 do VaR indica a série que representa. <b>b) Valor justo dos contratos de energia:</b> Como descrito na Nota Explicativa nº 3.2, a Companhia opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Companhia, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, no montante líquido de R\$ (4.126) foi reconhecida na rubrica "Resultado de valor justo de contratos de energia". O valor justo dos contratos de energia estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. O valor justo dos contratos de energia, já estão calculados a valor presente por uma taxa média de desconto real de 6,25% em 31 de dezembro de 2023, líquida dos custos de PIS/COFINS (aliquota de 9,25%):				
		2023	2022	
<b>VJR (Contratos futuros de energia)</b>				
Ganho temporário - circulante		128.849	248.840	
Ganho temporário - não circulante		97.227	65.388	
Perda temporária - circulante		(126.922)	(231.298)	
Perda temporária - não circulante		(75.737)	(55.388)	
Resultado líquido em aberto na data-base:		23.417	27.542	
Reversão do exercício anterior		(27.542)	(25.914)	
Provisão do exercício corrente		23.417	27.542	
Valor justo do resultado:		Até 01 ano	Até Acima	
		01 ano	02 anos 03 anos Total	
		1.927	21.502 592 (604) 23.417	
O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data base 31 de dezembro de 2023. A Companhia tem contratos futuros de energia com vencimento até o exercício findo de 2031. c) <b>Instrumentos financeiros por categoria valor de mercado e contábil</b>				
		2023	2022	
<b>Ativos financeiros</b>				
Mensurado a valor justo por meio do resultado				
Valor justo dos contratos de energia		226.076	314.228	
Total		226.076	314.228	
<b>Custo amortizado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa		9.719	5.236	
Clientes		60.143	49.257	
Partes relacionadas		75.196	53.417	
Total		145.058	107.910	
<b>Passivos financeiros</b>				
Mensurado a valor justo por meio do resultado				
Valor justo dos contratos de energia		202.659	286.686	
Total		202.659	286.686	
<b>Custo amortizado</b>				
Empréstimos e Financiamentos		6.393	12.818	
Fornecedores		67.792	54.118	
Partes relacionadas		64.606	33.816	
Total		138.792	100.753	
<b>d) Mensuração do valor justo:</b> A Companhia tem uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes; (ii) margem de risco no fornecimento (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade; (iv) preço futuros dos sub mercados de energia (Sudeste e Centro-Oeste, Sul, Norte e Nordeste) (v) tipo de fonte de energia (Convencional ou Incentivada); (vi) tendência hidrológica, entre outros. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • <b>Nível 1:</b> preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • <b>Nível 2:</b> inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis				
		2023	2022	
<b>Bens segurados</b>				
Riscos		De	Até	
Contratos de energia de compra		Inadimplência 01/01/2023 16/01/2024	408	100%
Contratos de energia de compra		Inadimplência 01/01/2023 30/01/2024	50	100%
Contratos de energia de compra		Inadimplência 01/01/2023 31/01/2024	7.752	100%
Contratos de energia de compra		Inadimplência 01/01/2023 31/03/2024	1.567	100%
Contratos de energia de compra		Inadimplência 01/01/2024 30/01/2025	873	100%
Contratos de energia de compra		Inadimplência 01/01/2024 31/01/2025	9.335	100%
<b>22. Eventos subsequentes:</b> Foi assinado um contrato de empréstimo no valor de R\$ 20.000 com o Banco do Brasil, até a data de emissão das demonstrações contábeis recebemos o valor total contratado.				



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



... continuação

gestão operacional e empresarial; (iv) apoio na elaboração, aprovação e execução de diretrizes financeiras e orçamentárias; (v) orientação ao plano estratégico empresarial; e (vi) orientação sobre a condução da comunicação estratégica empresarial. Receitas de remuneração do ativo financeiro: São as receitas reconhecidas mensalmente em função da correção do ativo financeiro, conforme descrito na nota explicativa nº 8, são calculadas com base no saldo do ativo financeiro do mês anterior. Receitas de construção: Representam as receitas reconhecidas em função da realização de serviços de construção, melhoria e manutenção das obras civis dos Hospitais. Tais receitas são mensuradas e reconhecidas conforme o estágio de execução das obras ao final de cada período. Receitas e despesas financeiras: Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do período e variações monetárias sobre ativos e passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros a pagar sobre os contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures que a Companhia e suas controladas possuem. O reconhecimento destas despesas financeiras relacionadas aos juros dos financiamentos se dá em observância ao princípio contábil da competência e respaldadas as definições contratuais de cada instrumento de dívida. Receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. 3.6.15. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial: Os saldos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contábil a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: a) Ativos financeiros: Conforme dispositivos trazidos pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, as operações de ativos financeiros são classificadas nas seguintes categorias: • Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou • Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima. Os ativos financeiros são reavaliados quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ii) transferência de seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro e (a) tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados conforme abaixo: • Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou • Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e aqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração. A baixa de passivos é realizada quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como uma reversão do valor reconhecido originalmente como passivo, e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. 3.6.16. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando se possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. 3.7. Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente: No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicia em ou após 1º de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. • Alteração das normas IAS 1 (CPC 26) - Apresentação das Demonstrações Financeiras e Declaração da Prática 2 da IFRS - Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis; vigência a partir de 01 de janeiro de 2023; • Alterações às IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Definição de Estimativas Contábeis. • Alteração IFRS 4 CPC 11 pelo IFRS 17 CPC 50 - Contratos de seguros a norma descreve modelo geral, modificado para contratos de seguros com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. A companhia não possui quaisquer contratos que atendam a definição de contratos de seguros de acordo com CPC 50 (IFRS 17). • Alterações às IAS 12 Tributos sobre o Lucro - Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação. Após as alterações às IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. 3.8. Novos pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis: Na data de autorização destas demonstrações financeiras a companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir já emitidas e ainda não aplicáveis no exercício corrente. • Alteração a IAS 1 (CPC 26) (R1) - Passivo não Circulante com Covenants; e • Alteração a IAS 7 e a IFRS 7 - Acordo de financiamentos de fornecedores. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa - A composição do saldo apresentado como caixa e equivalentes de caixa é como segue:

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Caixa, Bancos, Aplicações financeiras de liquidez imediata, Total.

As aplicações financeiras referem-se às operações de Certificado de Depósito Bancário (CDB) remuneradas a taxa média (12 meses) 101,10% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2022). Estas aplicações são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor e possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação, logo, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

5. Aplicações Financeiras/Depósitos Vinculados

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include BASA (i), Banco Santander (ii), Total, Não circulante.

(i) Referem-se às contas reservas atreladas aos empréstimos e financiamentos captados junto ao BASA, que conforme Cláusula 9ª, Inciso V, I e II (BASA), exige a manutenção em conta reserva em valor equivalente de 3 (três) serviços da dívida (o serviço da dívida é o total dos juros pagos e o principal de uma dívida) e 3 (três) meses de pagamento dos contratos de operação e manutenção (O&M).

(ii) O valor de R\$ 2.404 em 31 de dezembro de 2023 mantido no ativo não circulante atua como garantia (Cash Colateral) dada pela Companhia junto ao banco Santander, relativo à contratação de instrumento particular de constituição de garantia fiança nº 180118021 e 180117921, visando garantir os Contratos de financiamentos vigentes.

6. Contas a Receber - Referem-se à contraprestação mensal de serviços de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais principalmente junto ao poder concedente, com vencimento mensal. Estes recebimentos são realizados mensalmente e estão de acordo com o contrato de concessão dos Hospitais ou o contrato de prestação de serviços de gestão administrativa.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas (SUSAM) - (a), Prefeitura de Belo Horizonte - (b), Sociedade Beneficente Israelita Brasileira - (c), Outros.

(a) Referem-se às contas a receber junto à Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas - SUSAM decorrentes da contraprestação mensal de serviços de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais referentes à primeira fase do complexo hospitalar Pronto

Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30 de abril de 2013. A Administração entende que não é necessário o reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa, devido ao Fundo de Parcerias Público-Privadas do Estado do Amazonas ser garantidor do recebimento de até seis contraprestações mensais nos termos do Contrato de Fiança. b) Referem-se às contas a receber junto à Prefeitura de Belo Horizonte, conforme o Contrato de Concessão Administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro. Deste montante, R\$ 10.366 referem-se à contraprestação pública do mês corrente, e R\$ 39 do montante de R\$ 47, classificado como outros, referem-se ao recebimento de receitas acessórias. Conforme estabelecido no 9º termo aditivo ao contrato de concessão. c) Referem-se às contas a receber junto ao Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia - HMAP sob a gestão da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, entidade privada conforme contrato de prestação de serviços de gestão, administração e acompanhamento de serviços não assistenciais do hospital com vigência de 1º de junho de 2022 a 1º de junho de 2027. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia e suas Controladas não possuem contas a receber devido ao objeto de garantias de dívidas. A Administração da Companhia e suas Controladas, revisam a cada fechamento contábil o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia entende que suas contas a receber representam direitos a receber adquiridos em contrapartida à conclusão ou atendimento de suas obrigações e direitos contratuais. O saldo a receber, classificado pelo prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, está distribuído conforme demonstrado a seguir:

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Valores a Vencer, Vencidos, De 1 a 180 dias, De 181 a 360 dias (i), Acima de 360 dias.

(i) A Administração entende que não é necessário o reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperadas, devido ao Fundo de Parcerias Público-Privadas do Estado do Amazonas ser garantidor do recebimento de até três contraprestações mensais nos termos do Contrato de Concessão, dado que as notas fiscais foram emitidas e atestadas pelo poder concedente o direito do recebimento é contestável. A companhia pode acionar a qualquer momento o Fundo de Parcerias Público-Privadas para o recebimento total das contraprestações vencidas. A Administração da OZN Health vem discutindo com a SES-AM através de protocolos oficiais o recebimento das parcelas vencidas que estão sendo tratadas junto à negociação de reequilíbrio econômico dos contratos de concessão e devem ser regularizados dentro dos próximos 6 meses.

7. Impostos a Recuperar - Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include PIS/COFINS (a), IRPJ/CSLL - OPY Serviços (a), IRPJ/CSLL - OZN Health (b), IRPJ/CSLL - OZN Health (c), IRPJ - Juros sobre capital próprio, IRPF - sobre aplicações financeiras, IRPF - sobre prestação de serviços, Outros, Circulante, Não circulante.

Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

9.2. Detalhes do saldo dos investimentos

Table with 10 columns: Ativo, Passivo, Patrimônio líquido, Mais Valia, Amort. mais valia, Receita bruta, Resultado do período, Equivalência Patrimonial, Saldo dos investimentos. Rows include OZN Health, Opy Serviços.

10. Intangível - O Intangível pode ser assim demonstrado:

Table with 4 columns: Consolidado, 2023, 2022. Rows include Softwares e outros, Direito de uso (a), Mais valia - Concessão ONM, Mais valia - Concessão OZN.

Em 01 de janeiro de 2023

Table with 4 columns: Mais valia, Softwares e outros, Direito de uso, Total. Rows include Adições, Amortização.

Em 31 de dezembro de 2023

Table with 4 columns: Mais valia, Softwares e outros, Direito de uso, Total. Rows include Adições, Amortização.

11. Fornecedores

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Fornecedores Confirming - Cessão de crédito (a), Ajuste valor presente - confirming, Fornecedores - terceiros, Total.

(a) Fornecedores "confirming": A Companhia possui convênio de confirming com instituições financeiras para gerir seus compromissos com fornecedores estratégicos que permanecem como "fornecedores confirming" até a extinção desta obrigação. Nessa operação os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para instituição financeira com taxa de 1,23% e em troca recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira que, por sua vez, passam a ser credoras da operação, mantendo os mesmos prazos e valores acordados na transação comercial. A Companhia revisou a composição da sua carteira e concluiu que não houve alteração de prazos, preços e condições e não há impactos de encargos financeiros, pois todos os custos financeiros deste convênio são de responsabilidade exclusiva dos fornecedores. Importante destacar que a antecipação do recebível é uma alternativa de recebimento para fornecedor (em contrapartida a política de compras da Companhia que prevê prazo de pagamento em 90 dias).

12. Empréstimos e Financiamentos - A composição dos saldos de obrigações com empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é demonstrada a seguir:

Table with 10 columns: Instituição financeira, Companhia, Modalidade, Data da captação, Aditivo, Vencimento, Juros e encargos (a.a.), Valor captado, Posição atualizada em 2023, 2022. Rows include BASA, BNDES, VOTORANTIM, BOCOM, BASA, BANCO DO BRASIL, VOTORANTIM, BOCOM, BDMG, HP FINANCIAL, HP FINANCIAL.

Circulante Não Circulante

OZN Health SPE S.A. a) As garantias concedidas são: (i) alienação fiduciária das ações de emissão da Companhia tanto das detidas pelos acionistas da Companhia quanto as mantidas em tesouraria; (ii) alienação fiduciária de ativos, e cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes decorrentes da concessão. Conforme mencionado na nota explicativa nº 4 a empresa possui reservas (leu cartas fiança) atreladas aos empréstimos e financiamentos captados junto ao BNDES e ao BASA, que conforme cláusula 6ª, (inciso II, items ii e iii para BASA) e cláusula 2ª (inciso V, I e II para BASA) exige a manutenção em conta reserva em valor equivalente de 3 (três) serviços da dívida e 3 (três) meses de pagamento dos contratos de operação e manutenção. b) Em 13 de janeiro de 2022 foi efetuado o primeiro adiantamento referente a cédula de crédito bancário número 10233801 junto ao Banco Votorantim S.A. com novo prazo de vencimento, que será quitado em 24 parcelas (com carência de 12 meses) e término previsto para o dia 13 de janeiro de 2025. A taxa de juros contratada foi de CDI + 3,50% ao ano, em base de 360 dias anuais. c) Em 26 de janeiro de 2022 foi efetuado o primeiro adiantamento referente a cédula de crédito bancário número 602363 junto ao Banco BOCOM BEM S.A. com novo prazo de vencimento, que será quitado em 36 parcelas (com carência de 12 meses) e término previsto para o dia 04 de janeiro de 2024. A taxa contratada foi de CDI + 2,90% ao ano, em base de 360 dias anuais. A Companhia possui contratos de empréstimos com cláusulas restritivas financeiras que tem como período de apuração o período findo em 31 de dezembro de cada exercício, a Administração avaliou todas as cláusulas restritivas e concluiu que os índices financeiros estão sendo cumpridos. OZN Health S.A. a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, em 31 de março de 2022, a Companhia mantém aplicações financeiras referente cash collateral ligado à contratação de cartas fiança no Santander a título de garantia para seus financiamentos. b) Os montantes apresentados na modalidade de financiamento de ativo fixo referem-se a captações para financiar a aquisição de ativos financeiros realizadas através de operações de arrendamento mercantil. Nesta categoria de financiamento, os próprios ativos adquiridos são dados em garantia à dívida. Os contratos de dívida junto ao Banco BDMG e os instrumentos que regem o certificado de recebível imobiliário (quais representados pela debênture que lastreia a operação) contêm cláusulas de covenants financeiros que tem como períodos de medição 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício, para o período de medição findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia cumpriu com os índices financeiros conforme estabelecido em contrato. A movimentação consolidada dos empréstimos e financiamentos no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Table with 10 columns: Instituição financeira, Companhia, 2022, Adições, Custo de Transação Líquido, Pagamentos, Adições, Bônus de adimplência, Pagamentos, 2023. Rows include BASA, BNDES, VOTORANTIM, BOCOM, BASA, BANCO DO BRASIL, VOTORANTIM, BOCOM, BDMG, HP FINANCIAL, HP FINANCIAL.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo classificado no passivo circulante e não circulante tem os seguintes vencimentos:

Table with 6 columns: Modalidade, Data da captação, Data de encargos, Valor captado, 2023, 2022. Rows include Debêntures, Circulante (Principal), Circulante (Custo emissão debêntures), Não circulante (Principal), Não circulante (custo emissão debêntures).

13. Debêntures e Encargos Financeiros - Em 20 de agosto de 2021 a ONM emitiu debêntures simples, não convertíveis em ações de espécie quirográfrica, no valor de R\$ 60.000 (sessenta milhões de reais), as quais serviriam de lastro para operação de securitização onde a empresa Virgo emitiu certificados de recebível imobiliário (CRI), pelo prazo de 10 anos, custo de IPCA + 7,3557%, e com carência de 12 (doze) meses para pagamento de principal. Os recursos captados por meio das Debêntures serão integralmente destinados ao pagamento das despesas diretamente relativas às obras de expansão, desenvolvimento, reforma e/ou de manutenção do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, objeto do contrato de concessão da Companhia. • A operação tem carta fiança como garantia da operação, no valor de 3 (três) parcelas vencidas da dívida em benefício dos titulares do certificado de recebível imobiliário junto a securitizadora da operação, Virgo Companhia de Securitização. Além disso, as garantias da operação são (i) direitos de recebimento creditório da caução correspondente à 3 (três) contraprestações, conforme cláusula 20.1.1 do Contrato de Concessão; e (ii) alienação fiduciária das ações da controladora Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. A operação é regida pelos seguintes documentos: (i) contrato de distribuição; (ii) escritura de emissão de debêntures; (iii) escritura de emissão de cédula de certificado imobiliário; (iii) termo de securitização; (iv) contrato de cessão fiduciária; e (v) contrato de alienação fiduciária, incluindo todos os seus anexos e aditamentos. O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

9.2. Detalhes do saldo dos investimentos

Table with 10 columns: Ativo, Passivo, Patrimônio líquido, Mais Valia, Amort. mais valia, Receita bruta, Resultado do período, Equivalência Patrimonial, Saldo dos investimentos. Rows include OZN Health, Opy Serviços.

10. Intangível - O Intangível pode ser assim demonstrado:

Table with 4 columns: Consolidado, 2023, 2022. Rows include Softwares e outros, Direito de uso (a), Mais valia - Concessão ONM, Mais valia - Concessão OZN.

Em 01 de janeiro de 2023

Table with 4 columns: Mais valia, Softwares e outros, Direito de uso, Total. Rows include Adições, Amortização.

Em 31 de dezembro de 2023

Table with 4 columns: Mais valia, Softwares e outros, Direito de uso, Total. Rows include Adições, Amortização.

11. Fornecedores

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Fornecedores Confirming - Cessão de crédito (a), Ajuste valor presente - confirming, Fornecedores - terceiros, Total.

(a) Fornecedores "confirming": A Companhia possui convênio de confirming com instituições financeiras para gerir seus compromissos com fornecedores estratégicos que permanecem como "fornecedores confirming" até a extinção desta obrigação. Nessa operação os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para instituição financeira com taxa de 1,23% e em troca recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira que, por sua vez, passam a ser credoras da operação, mantendo os mesmos prazos e valores acordados na transação comercial. A Companhia revisou a composição da sua carteira e concluiu que não houve alteração de prazos, preços e condições e não há impactos de encargos financeiros, pois todos os custos financeiros deste convênio são de responsabilidade exclusiva dos fornecedores. Importante destacar que a antecipação do recebível é uma alternativa de recebimento para fornecedor (em contrapartida a política de compras da Companhia que prevê prazo de pagamento em 90 dias).

12. Empréstimos e Financiamentos - A composição dos saldos de obrigações com empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é demonstrada a seguir:

Table with 10 columns: Instituição financeira, Companhia, Modalidade, Data da captação, Aditivo, Vencimento, Juros e encargos (a.a.), Valor captado, Posição atualizada em 2023, 2022. Rows include BASA, BNDES, VOTORANTIM, BOCOM, BASA, BANCO DO BRASIL, VOTORANTIM, BOCOM, BDMG, HP FINANCIAL, HP FINANCIAL.

Circulante Não Circulante

OZN Health SPE S.A. a) As garantias concedidas são: (i) alienação fiduciária das ações de emissão da Companhia tanto das detidas pelos acionistas da Companhia quanto as mantidas em tesouraria; (ii) alienação fiduciária de ativos, e cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes decorrentes da concessão. Conforme mencionado na nota explicativa nº 4 a empresa possui reservas (leu cartas fiança) atreladas aos empréstimos e financiamentos captados junto ao BNDES e ao BASA, que conforme cláusula 6ª, (inciso II, items ii e iii para BASA) e cláusula 2ª (inciso V, I e II para BASA) exige a manutenção em conta reserva em valor equivalente de 3 (três) serviços da dívida e 3 (três) meses de pagamento dos contratos de operação e manutenção. b) Em 13 de janeiro de 2022 foi efetuado o primeiro adiantamento referente a cédula de crédito bancário número 10233801 junto ao Banco Votorantim S.A. com novo prazo de vencimento, que será quitado em 24 parcelas (com carência de 12 meses) e término previsto para o dia 13 de janeiro de 2025. A taxa de juros contratada foi de CDI + 3,50% ao ano, em base de 360 dias anuais. c) Em 26 de janeiro de 2022 foi efetuado o primeiro adiantamento referente a cédula de crédito bancário número 602363 junto ao Banco BOCOM BEM S.A. com novo prazo de vencimento, que será quitado em 36 parcelas (com carência de 12 meses) e término previsto para o dia 04 de janeiro de 2024. A taxa contratada foi de CDI + 2,90% ao ano, em base de 360 dias anuais. A Companhia possui contratos de empréstimos com cláusulas restritivas financeiras que tem como período de apuração o período findo em 31 de dezembro de cada exercício, a Administração avaliou todas as cláusulas restritivas e concluiu que os índices financeiros estão sendo cumpridos. OZN Health S.A. a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, em 31 de março de 2022, a Companhia mantém aplicações financeiras referente cash collateral ligado à contratação de cartas fiança no Santander a título de garantia para seus financiamentos. b) Os montantes apresentados na modalidade de financiamento de ativo fixo referem-se a captações para financiar a aquisição de ativos financeiros realizadas através de operações de arrendamento mercantil. Nesta categoria de financiamento, os próprios ativos adquiridos são dados em garantia à dívida. Os contratos de dívida junto ao Banco BDMG e os instrumentos que regem o certificado de recebível imobiliário (quais representados pela debênture que lastreia a operação) contêm cláusulas de covenants financeiros que tem como períodos de medição 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício, para o período de medição findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia cumpriu com os índices financeiros conforme estabelecido em contrato. A movimentação consolidada dos empréstimos e financiamentos no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Table with 10 columns: Instituição financeira, Companhia, 2022, Adições, Custo de Transação Líquido, Pagamentos, Adições, Bônus de adimplência, Pagamentos, 2023. Rows include BASA, BNDES, VOTORANTIM, BOCOM, BASA, BANCO DO BRASIL, VOTORANTIM, BOCOM, BDMG, HP FINANCIAL, HP FINANCIAL.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo classificado no passivo circulante e não circulante tem os seguintes vencimentos:

Table with 6 columns: Modalidade, Data da captação, Data de encargos, Valor captado, 2023, 2022. Rows include Debêntures, Circulante (Principal), Circulante (Custo emissão debêntures), Não circulante (Principal), Não circulante (custo emissão debêntures).

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/04/2024. Acesso a página de Publicações Legais no site do ICP Brasil. Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal

...		2023		2022	
<b>14. Impostos e Contribuições a Recolher</b>					
PIS a Recolher	Controladora	2023	2022	2023	2022
Cofins a recolher		11	71	465	500
IRPJ a recolher		91	377	2.208	2.344
PIS e COFINS a recolher - Parcelamento (a)		53	43	335	326
IRPJ a recolher		-	-	1.065	1.353
CSLL a recolher		-	-	1.104	1.659
IRRF a recolher		-	-	131	1.174
CSRF a recolher		148	125	213	176
Outros impostos		2	13	1.346	1.276
<b>Total</b>	<b>Consolidado</b>	<b>305</b>	<b>760</b>	<b>8.096</b>	<b>8.683</b>
Circulante		305	760	7.273	7.535
Não Circulante		-	-	823	1.148
(a) Em 31 de agosto de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, para parcelamento de débitos de PIS e COFINS até março de 2017 de R\$13.745 (incluindo multas e juros). Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou o pagamento de 92 parcelas, restando 53 parcelas a serem pagas mensalmente.					
<b>15. Impostos Diferidos</b>					
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) (a)		118.595	105.176		
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (a)		42.732	37.902		
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre mais valia		29.529	39.146		
<b>Total</b>	<b>Consolidado</b>	<b>190.856</b>	<b>182.224</b>		
Programa de Integração Social (PIS) (b)		12.476	12.134		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (b)		57.464	55.680		
Imposto sobre serviço (ISS) (b)		14.242	13.991		
<b>Total</b>	<b>Consolidado</b>	<b>84.182</b>	<b>81.805</b>		
Circulante		10.981	10.794		
Não Circulante		264.057	253.235		
a) O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias e diferimento da receita dos contratos de concessão. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. b) O PIS, a COFINS e o ISS diferidos, classificadas no passivo não circulante, representa a expectativa de liquidação destes tributos ao longo de todo o prazo das concessões, que, atualmente, estão previstos para se encerrar em 2033 (OZN Health) e 2035 (ONM Health). Tais impostos são devidos somente à medida em que ocorrem os recebimentos financeiros das contraprestações relacionadas à realização do ativo financeiro.					
<b>16. Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhista e Cíveis</b> - As provisões para riscos trabalhistas refletem a opinião de assessores jurídicos que classificam alguns pleitos com risco provável de perda. Tais processos estão relacionados essencialmente a pleitos para pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais. Sempre que uma decisão judicial é integral ou parcialmente favorável à Companhia, a diferença entre o valor provisionado e o valor efetivamente devido é estornado no resultado do exercício em que tal decisão for proferida. Para 31 de dezembro de 2023 não houve valores judiciais avaliados com grau de risco de perda possível. A movimentação das provisões para riscos trabalhistas, pode ser assim demonstrada:					
		<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Trabalhista	Companhia	515	-	(515)	-
Administrativa	ONM Health	-	533	-	533
Trabalhista	OZN Health	283	13	(283)	13
<b>Total</b>	<b>Companhia</b>	<b>798</b>	<b>546</b>	<b>(798)</b>	<b>546</b>
	ONM Health	620	-	(105)	515
	OZN Health	240	73	(30)	283
<b>Total</b>	<b>Companhia</b>	<b>860</b>	<b>73</b>	<b>(135)</b>	<b>798</b>
A ONM Health possui ações de natureza trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado por seus assessores legais como natureza da remuneração					
		<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Dividendos intermediários	Data do ato societário	27/09/22	31/12/20	14/02/22	21.700
Dividendos intermediários	Período base de apuração	27/09/22	31/12/20	27/06/22	55.000
Dividendos intermediários	Data do pagamento	27/09/22	31/12/20	15/12/22	30.000
<b>Total</b>					<b>106.700</b>
Em 30 de maio de 2023 foi deliberado através de Assembleia Geral Extraordinária a constituição de distribuição de dividendos intermediários, no montante R\$ 105.720.699,58 (cento e cinco milhões, Setecentos e vinte mil, seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta e oito centavos), valor esse constante da conta de reserva de lucros acumulados da Companhia, observado o balanço patrimonial levantado em 2022. Os dividendos foram pagos em 28 de setembro de 2023. No dia 25 de setembro de 2023 foi deliberado através de Assembleia Geral Extraordinária a aprovação de distribuição de dividendos intermediários no montante R\$ 84.553.487,80 (oitenta e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos), valor esse constante da conta de reserva de lucros acumulados da Companhia, observado o balanço patrimonial levantado em 2022. Os dividendos foram pagos em 28 de setembro de 2023. <b>Debêntures Conversíveis em Ações:</b> No dia 12 de agosto de 2023, o IG4 BTG Pactual Infra Social Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE e a Companhia celebraram o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures, Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, Para Colocação Privada, da OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A., por meio da qual o IG4 BTG Pactual Infra Social Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE se comprometeu a subscrever e a integralizar 257.973 mil debêntures, conversíveis em ações, em série única, para colocação privada, no montante total de R\$ 257.973, tendo o valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 cada debênture. De acordo com o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures, estas poderão ser totais e integralmente convertidas em ações de forma mandatória, concomitantemente à realização do fechamento da operação prevista no Contrato de Compra e Venda de Ações, observando os termos, condições e procedimentos previstos para a realização do fechamento. Embora até a data da divulgação destas demonstrações financeiras, as condições precedentes para conversão das Debêntures não tenham sido cumpridas em sua totalidade, a classificação técnica contábil das Debêntures desde já deve obedecer ao estipulado pelo CPC 39 (IAS 32); o principal é reconhecido dentro do Patrimônio Líquido como "Debêntures conversíveis em ações", enquanto os juros referentes à correção do Papel constam do passivo, dentro do grupo de "Debêntures e Encargos Financeiros". <b>Dividendos a pagar:</b> No encerramento do exercício de 2023, foram propostos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 14.746.					
<b>Passivo circulante</b>					
<b>Saldo início do exercício</b>		<b>67.701</b>	<b>117.954</b>		
Dividendos proposto		190.272	31.000		
Dividendos pagos		(257.973)	(106.700)		
Constituição dividendos mínimo obrigatório		14.536	25.447		
<b>Saldo final do exercício</b>		<b>14.536</b>	<b>67.701</b>		
<b>Reserva de lucros:</b> Reserva Legal: De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos. Reserva de retenção de lucros: A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição de reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto, estes valores aguardam deliberação e assembleia para sua destinação.					
<b>20. Receita Líquida dos Serviços Prestados</b> - A conciliação entre a receita bruta da Companhia e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados, pode ser assim demonstrada:					
		<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Receita de Operação		-	-	226.977	214.127
Receita dos serviços prestados		10.925	10.446	20.661	15.502
Receita de Remuneração do Ativo da Concessão		-	-	144.640	172.653
Receita de Construção (a)		-	-	12.581	17.349
Outras receitas		10.925	10.446	404.961	419.776
Impostos sobre serviços e outras deduções		(181)	(173)	(2.562)	(4.179)
PIS		(830)	(794)	(11.807)	(19.325)
COFINS		(546)	(522)	(18.958)	(18.723)
ISSQN		(1.557)	(1.489)	(33.327)	(42.227)
<b>Total da receita líquida</b>		<b>9.368</b>	<b>8.957</b>	<b>371.634</b>	<b>377.549</b>
(a) As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sobre o contrato de concessão são reconhecidas com base no estágio e conclusão da obra realizada, em conformidade com a política contábil para reconhecimento de receita sobre contrato de concessão baseada no ICP-01 (R1) e OCP-05.					
<b>21. Custos e Despesas por Natureza</b>					
		<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Materiais e serviços de obra		-	-	(23.607)	(22.315)
Materiais e serviços de concessão		-	-	(95.619)	(82.665)

**Opay Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.**

possível. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo aproximado é de R\$ 60 (R\$ 134 em 31 de dezembro de 2022).

**17. Outros Passivos** - O saldo de outros passivos está abaixo demonstrado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Plano de Outorga de Ações a Pagar	2.534	1.353
Outros	905	1.606
<b>Total</b>	<b>3.439</b>	<b>2.959</b>
Circulante	220	1.353
Não circulante	3.219	1.606

**18. Atualização de Debêntures Conversíveis em Ações** - No dia 12 de agosto de 2023, o IG4 BTG Pactual Infra Social Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE e a Companhia celebraram o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures, Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, Para Colocação Privada, da OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A., por meio da qual o IG4 BTG Pactual Infra Social Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE se comprometeu a subscrever e a integralizar 257.973 mil debêntures, conversíveis em ações, em série única, para colocação privada, no montante total de R\$ 257.973.000,00, tendo o valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 cada debênture. As debêntures serão remuneradas por 100% do DI acrescidas de 8%, e não possuem atualização monetária.

Modalidade	Data da captação	Data de atualização em vencimento	Participação em 2023
Debêntures Conversíveis em Ações	12/08/2023	28/08/2028	17.061
Não circulante (Atualização a valor justo)	-	-	17.061
Patrimônio Líquido (Debêntures Conversíveis em Ações)	-	-	257.973
<b>Total</b>	-	-	<b>275.034</b>

**19. Patrimônio Líquido - Capital social:** Até 31 de dezembro de 2023, do capital social subscrito de R\$ 201.000, correspondente a 201.000.000 ações, foram integralizados R\$ 187.471, faltando R\$ 12.530 a serem integralizados. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o capital social é composto conforme apresentado abaixo:

	Quantidade de ações Subscritas - milhares	Quantidade de ações Integralizadas - milhares	Capital social R\$
Em 31 de dezembro de 2022	200.001	187.471	187.471
Em 31 de dezembro de 2023	200.001	187.471	187.471

As ações da Companhia estão representadas da seguinte forma:

Participação em	Quantidade de ações - milhares	Participação
PE SOPP Fundo de Investimento em Participações II Multiestratégia	200.001	100%

**Dividendos:** O Estatuto Social e a legislação societária preveem distribuição de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado. Caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações, no final do exercício é registrada provisão no montante do dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido, quando deliberados pela Administração da Companhia.

**(-) Base Distribuível**

	2023	2022
Resultado do exercício	61.203	3.060
(-) Constituição da reserva legal	3.060	-
<b>(-) Base Distribuível</b>	<b>58.143</b>	<b>3.060</b>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	14.536	-
<b>(=) dividendos mínimos obrigatórios em 2023</b>	<b>14.536</b>	-

Em 14 de fevereiro de 2022 foi efetuado o pagamento de R\$ 21.700, em 27 de junho de 2022 foi efetuado um pagamento de R\$ 55.000 e em dia 15 de dezembro 2022 foi efetuado um pagamento de R\$ 30.000, todos a título de dividendos intercalares, totalizando a saída de caixa no exercício no montante R\$ 106.700.

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Materiais	(1)	(3.975)
Gasto com pessoal	(14.112)	(9.471)
Depreciação e amortização	(359)	(3.409)
Despesas comerciais	(482)	(102)
Serviços de terceiros	(4.207)	(3.092)
Aluguéis	(96)	(124)
Despesa Tributária	(89)	(1.895)
Doações Instituto Ophy	(937)	(1.043)
Outras	(156)	(114)
<b>Total</b>	<b>(20.439)</b>	<b>(19.250)</b>
Custo de serviço prestado	(1.398)	(1.793)
Despesas gerias e administrativas	(19.041)	(17.457)
<b>Total</b>	<b>(20.439)</b>	<b>(19.250)</b>

**22. Outros Receitas (Despesas) Operacionais** - O valor das outras receitas e despesas operacionais apresentado na demonstração do resultado é composto como segue:

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Amortização Mais Valia - concessão	(6.346)	(6.346)
Outras receitas e despesas, líquidas	(3.238)	23
<b>Total</b>	<b>(9.584)</b>	<b>(6.323)</b>

**23. Resultado Financeiro, Líquido** - O resultado financeiro é substancialmente representado pelo valor líquido resultante dos juros recebidos através de aplicações financeiras e os juros apropriados aos contratos de dívida e pode ser assim composto:

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Receitas financeiras	1.049	1.492
Atualização monetária de tributos a recuperar	-	-
Outras receitas financeiras	157	1.877
<b>Total</b>	<b>1.206</b>	<b>1.492</b>

**Despesas Financeiras**

Juros sobre financiamentos	-	(34.162)
Juros e multas	-	(34)
Juros sobre arrendamentos	-	(1)
Juros sobre debêntures conversíveis	(17.061)	(17.061)
Atualização monetária	-	(5.380)
Outras despesas financeiras	(158)	(30)
<b>Total</b>	<b>(17.219)</b>	<b>(57.648)</b>

**Resultado financeiro, líquido**

	<b>16.013</b>	<b>1.462</b>
--	---------------	--------------

**24. Imposto de Renda e Contribuição Social** - A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil, conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	57.932	106.737
Alíquota Nominal	34%	34%
Tributos calculados às alíquotas nominais	(19.697)	(36.291)
Ajustes para apuração dos tributos efetivos sobre o lucro:	-	-
Não constituição de tributos diferidos	-	276
Equivalência patrimonial de controladas	32.464	41.443
Outras Adições/Exclusões, líquidas	(9.196)	(4.744)
<b>Total</b>	<b>23.268</b>	<b>36.699</b>

Corrente Diferido

	3.271	408
--	-------	-----

**25. Resultado por Ação** - Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuído aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado básico por ação. Desta forma, não há diferenciação entre o resultado diluído e o resultado básico por ação. Os cálculos dos resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 podem ser assim demonstrados:

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
Numerador	Resultado líquido do exercício	62.087
Denominador (em milhares de ações)	Média ponderada de número de ações ordinárias	187.471
Resultado por ação básico e diluído (R\$)		0,33

**Aprovação do Plano de Stock Options:** Em 14 de junho de 2021 a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o plano de Stock Options (outorga de ações) como incentivo de longo prazo da Companhia. O plano prevê o direito de aquisição de opções que poderão ser outorgados no limite de até 5% (cinco por cento) do número de ações da Companhia para os participantes elegíveis, que tem participação deliberada pelo Conselho de Administração, sendo até o momento aprovado a participação do Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretora de Crescimento da Companhia.

**26. Instrumentos Financeiros** - A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e suas controladas. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo** O CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidência, define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados não observáveis). Adicionalmente, a norma requer que a Companhia considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("non performance risk") ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis (nível 1, 2 e 3) a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no nível de "input" significativo para sua mensuração, ou dos instrumentos classificados como nível 1 são aqueles que dispõem de "inputs" baseados em preços praticados em mercado ativo para instrumentos idênticos, sem que a Companhia tenha poder de ajustar tais preços, enquanto aqueles classificados como nível 3 são aqueles para os quais os "inputs" de precificação de mercado são raros ou inexistentes e que dependem de maior aplicação de julgamento da Companhia para definição de seu valor justo. Os de nível 2 são aqueles com níveis de "input" que não se enquadram completamente no nível 1, nem no nível 3. A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023. Os ativos e passivos financeiros da Companhia reconhecidos através do valor justo, não apresentam diferença significativa para seus valores contábeis. Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

		2023		2022	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros:	<b>meio do resultado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa		22.510	22.510	22.510	22.510
Dividendos a receber		14.595	14.595	14.595	14.595
<b>Total</b>	<b>2023</b>	<b>37.105</b>	<b>37.105</b>	<b>37.105</b>	<b>37.105</b>
Passivos financeiros:					
Fornecedores		154	154	154	154
Dividendos a pagar		14.746	14.746	14.746	14.746
<b>Total</b>	<b>2022</b>	<b>14.900</b>	<b>14.900</b>	<b>14.900</b>	

... continuação

**Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.**

realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde (SES-AM). As garantias serão atualizadas anualmente pelo IRC (Índice de reajuste de contraprestação), na mesma data dos reajustes da contraprestação pública máxima. A garantia atual corrigida tem valor de R\$ 3.897. **OPY Serviços Hospitalares S.A.:** A OPY Serviços mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre responsabilidade civil dos seus serviços prestados, apólice de seguros referentes aos riscos contratados está demonstrada no quadro abaixo:

Seguradora	Categoria	Apólice	Vigência	Valor
Austral Seguradora S/A	Resp. Civil	024612022000203510000146	nov/2023 a nov/2024	5.000

**30. Transações que não Envolvem Caixa e Equivalentes de Caixa – A com-**

panhia realizou as seguintes atividades não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Controladora	Consolidado
2023	2022
14.355	15.453
14.746	67.701
14.746	67.701
29.101	83.154
29.101	67.701

Dividendos a receber  
Dividendos a pagar  
**Tributos calculado às alíquotas nominais**  
**31. Eventos Subsequentes** – Até a data de emissão do relatório, não houve nenhum evento subsequente significativo que possa gerar algum impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023.  
**32. Aprovação das Demonstrações Financeiras** – As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da Companhia em 22 de março de 2024.

como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 22 de março de 2024.

**Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.**  
CRC nº 2 SP 011609/O-8  
**Daniilo Namura Lombardoso**  
Contador CRC nº 1 SP 278829/O-3

**Deloitte.**

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

Aos Conselheiros, Acionistas e Administradores da **OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou

**Diretor Presidente**  
Otávio Ferreira da Silveira

**Diretor Financeiro**  
Rogério Bolzani Caldas

**Contador Responsável**  
Ronney Donizete Fernandes  
CRC 1SP 286.064/O-3

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/04/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



Facchini Participações S.A.

CNPJ/MF nº 03.382.586/0001-94

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Table with columns: Ativo Circulante, Não circulante, Total do ativo, Passivo e patrimônio líquido Circulante, Não circulante, Total do passivo e patrimônio líquido. Includes sub-rows for Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Estoques, etc.

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Table with columns: Receita operacional líquida, Lucro bruto, Lucro operacional antes do resultado financeiro, Lucro líquido do exercício. Includes sub-rows for Receita operacional líquida, Despesas financeiras, etc.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Summary table for Demonstrations of Comprehensive Results for 2023 and 2022.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Summary table for Demonstrations of Changes in Equity for 2023 and 2022.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Summary table for Demonstrations of Cash Flows for 2023 and 2022.

Main table for Demonstrations of Changes in Equity, showing detailed movements for 2023 and 2022 across categories like Saldo em 31 de dezembro de 2021, Aumento de capital, etc.

Main table for Demonstrations of Cash Flows, showing detailed movements for 2023 and 2022 across categories like Lucro líquido do exercício, Ajustes para conciliar o lucro ao caixa, etc.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Extensive text block containing detailed financial notes, including context operational, base of elaboration, and various disclosures regarding the company's financial statements.

Extensive text block containing detailed financial notes, including context operational, base of elaboration, and various disclosures regarding the company's financial statements.

Footer area containing ICP Brasil logo, QR code, and text: 'A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/04/2024'. Also includes website information: 'Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil...'.

... continuação

patrimonial de outra entidade. i.1) Ativos financeiros: Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado estão divulgados na Nota 26. ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos obrigatoriamente mensurados ao valor justo. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço, são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas no resultado, quando incorridos, como receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros da Companhia mensurados ao valor justo estão divulgados na Nota 26. i.2) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia estão divulgados na Nota 26. i.3) Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. j) Subvenções governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistêmica e racional durante a vida útil do ativo. k) Reconhecimento de receita: A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A Companhia conclui que é o principal em seus contratos de receita porque controla os bens ou serviços antes de transferir para o cliente. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. k.1) Vendas de produtos: O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os implementos rodoviários tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. k.2) Prestação de serviços: A receita referente à prestação de serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais, conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas. k.3) Componente de financiamento significativo: Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência do bem ou serviço prometido para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem ou serviço será de um ano ou menos. l) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. m) Capital social – Ações ordinárias: São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. n) Lucro por ação: Calculado com base na quantidade ponderada de ações do capital social no exercício. 2.4. Bases de consolidação e investimento em controlada: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada Facchini S.A., ambas em 31 de dezembro de 2023. A sociedade controlada está descrita na Nota Explicativa nº 12. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras da controlada é reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial. Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e de sua controlada, a seguir relacionada, e foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas. 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária): A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e em períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui alguns contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão, sendo aplicado julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Os períodos de renovação de arrendamentos de imóveis com períodos não canceláveis mais longos (os quais são de 5 a 10 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de máquinas não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos e não serem exercidos. Estimativas e premissas: As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos a Companhia (como o rating de crédito). Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido): O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor, levando em consideração os benefícios fiscais, conforme mencionados na Nota 2. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa

Facchini Participações S.A.

de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro. Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato: A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato com clientes. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso e indicadores externos para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. 4. Normas, alterações e interpretações de normas: a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: O Grupo avaliou as normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma), e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. IFRS 17 ou CPC 50 – Contratos de Seguro: O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 – Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); e • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. Definição de Estimativas Contábeis – Alterações ao IAS 8: As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. Divulgação de Políticas Contábeis – Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto relevante nas divulgações de políticas contábeis materiais do Grupo, tampouco não mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação – Alterações ao IAS 12: As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois – Alterações ao IAS 12: As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurídica das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória – cujo uso deve ser divulgado – entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, pois o Grupo não está sujeito às regras do modelo do Pilar Dois. b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2023: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento): Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantidade de ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante: Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidencição) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. 5. Caixa e equivalentes de caixa

Table with 4 columns: Controladora (2023, 2022), Consolidado (2023, 2022). Rows include Caixa e bancos, Aplicações financeiras – fundos de renda fixa (a), and Caixa e equivalentes de caixa.

7. Estoques – consolidado

Table with 4 columns: 2023, 2022, 2021, 2020. Rows include Produtos acabados, Produtos semiacabados, Produtos intermediários, Matérias-primas, Produtos em processo, Estoques em poder de terceiros, Outros materiais diversos, and Imobilizado líquido – 2023.

A movimentação da depreciação é como segue: Taxa de depreciação % a.a., 2022 Adições, Baixas, 2023

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/04/2024. ICP Brasil logo and QR code with text: Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil...

Facchini Participações S.A.
Controladora 2023 2022 Consolidado 2023 2022
substantialmente os contratos de aluguel de imóveis com partes relacionadas, os quais possuíam vencimento original em 31 de dezembro de 2020. Considerando que essa renovação de contratos alterou substancialmente o fluxo de caixa futuro e o prazo do contrato, os valores anteriormente reconhecidos foram integralmente baixados contra o resultado do exercício.

... continuação

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Descontos obtidos	3	3	123.471	101.354
Despesas financeiras:				
Juros	-	-	(75.151)	(71.186)
Descontos concedidos	-	-	(1.084)	(1.043)
Despesas bancárias	(1)	(1)	(2.211)	(1.932)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(4.925)	-
Outras despesas	-	-	(150)	(139)
Variação monetária e cambial, líquida	(1)	(1)	(83.521)	(74.300)
Total	2	2	37.778	26.969

**25. Compromissos futuros – consolidado** – A Controladora possui diversos contratos de arrendamentos de edificações, com vigência de dois a 9 anos e atualizados pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M). Estes enquadram-se no pronunciamento técnico CPC 06 (R2) – “Arrendamentos” em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, por decorrerem de contratos, que transferem o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por tempo determinado, em troca de uma contraprestação como exigem os itens 9 a 11 do CPC 06 (R2). Deste modo, neste CPC não se enquadram mais somente os contratos de arrendamento mercantil financeiro – “leasing”, mas também os arrendamentos sem opção de compra – “aluguéis” se possuem as características acima descritas. Vide Nota Explicativa nº 9. **26. Gestão de risco financeiro** (a) **Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem aos seguintes riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros). O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos financeiros de risco similares. **Fatores de risco:** Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Companhia podem ser assim enumerados: **Risco de crédito:** riscos de crédito em contas a receber de clientes que, de forma geral, não têm garantias, além de vendas realizadas mediante linhas de crédito disponibilizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Os procedimentos adotados para minimizar tais riscos incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas. O risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de venda ou de créditos devedores com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise e seleção de clientes e instituições financeiras de primeira linha para realização de operações financeiras. **Risco de taxa de câmbio:** possibilidade de perdas por flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado ou reduzam os valores dos títulos a receber expressos em moeda estrangeira. A exposição cambial da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

	Moeda	2023	2022
Taxa do dólar norte-americano		4,8413	5,2171
Ativo:			
Contas a receber de clientes	USD	4.188	15.642
Adiantamento de contrato de importação	USD	11.271	3.772
Ativo exposto		15.459	19.414
Passivo:			
Fornecedores no exterior	USD	(23.160)	(13.939)
Adiantamento de contrato de exportação	USD	(2.625)	(4.326)
Finame em moeda estrangeira	USD	(551)	(4.768)
Passivo exposto		(26.336)	(23.033)
Passivo exposto, líquido		(10.877)	(3.619)

**Risco de taxas de juros:** é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou não auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos captados e ativos aplicados no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a

**Facchini Participações S.A.**  
Companhia adota política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas. **Risco de liquidez:** é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, além de manter espaço livre suficiente em suas linhas de crédito comprometidas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou as cláusulas dos empréstimos (quando aplicáveis) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. **Exposição ao risco de liquidez:** Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

	Valor contábil	até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores	453.109	453.109	-	-	-
Arrendamento mercantil	8.386	4.725	1.857	1.804	-
Empréstimos e financiamentos	430.263	78.370	101.866	231.391	18.636
Arrendamento a pagar	105.766	48.842	43.355	13.569	-
Outras contas a pagar	32.819	32.066	753	-	-
Total	1.030.343	617.112	147.831	246.764	18.636

(b) **Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia vem acumulando recursos e reservas de lucros de forma a corresponder com os investimentos que estão sendo projetados com a necessidade de capital de giro necessária para os próximos anos. A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores. A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2023	2022
Total do passivo (excluindo dividendos)	1.303.315	1.246.107
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.101.813)	(886.807)
<b>(=) Dívida líquida (a)</b>	<b>201.502</b>	<b>359.300</b>
Total do patrimônio líquido (b)	1.887.827	1.423.436
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (a/b)	0,11	0,25

(c) **Estimativa do valor justo:** Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados)

	2023	2022
Fornecedores	340.024	340.024
Arrendamento mercantil	13.288	9.286
Empréstimos e financiamentos	398.356	112.350
Arrendamento a pagar	132.224	40.140
Outras contas a pagar	31.038	29.175
Total	914.910	531.015

(d) **Instrumentos financeiros derivativos:** Caixa e equivalentes de caixa 1.101.813 886.807  
Contas a receber de clientes 288.578 196.798  
Outros ativos 30.395 21.736  
**Total 1.420.786 1.105.341**  
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado 4.925 -  
**Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:**  
Fornecedores 453.109 340.024  
Contas a pagar partes relacionadas - 8.963  
Arrendamento mercantil 8.386 13.288  
Arrendamento operacional a pagar 105.766 132.224  
Empréstimos e financiamentos 430.263 398.396  
Outros passivos 32.818 31.038  
**Total 1.030.342 923.933**  
(i) Está representado por contratos de Swap de moeda (Dólar estadunidense), junto a determinadas instituições financeiras no Brasil, possuindo valor nacional de USD181.406.000, com vencimentos em setembro de 2028. Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.  
**27. Seguros – consolidado** – A Companhia possui cobertura de seguros, cuja descrição e valores limitados encontram-se a seguir:

Bens segurados	Riscos cobertos	Moeda	2023	2022
Prédios e conteúdos (próprios)	Incêndio, raio, explosão, imolação	RS	2.000	2.000
Prédios locados (Mirassol/ SP)	Incêndio, raio, explosão, imolação	RS	3.700	3.700
Veículos leves	Colisão, responsabilidade civil	RS	200	200
Veículos pesados (terceiros)	Colisão, responsabilidade civil	RS	500	500
Aeronave	Acidentes, responsabilidade civil	USD	50.000	50.000
Responsabilidade civil (pátio)	Responsabilidade civil geral	RS	8.000	8.000

**28. Benefícios a empregados – consolidado** – A Companhia concede benefícios a seus empregados de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as políticas internas. Esses benefícios são concedidos apenas a funcionários ativos e não se referem a direito adquirido. Os benefícios concedidos são os seguintes:

	2023	2022
Participação nos lucros e resultados (*)	12.531	10.872
Cartão-alimentação	47.099	39.542
Assistência médica e odontológica	5.257	4.268
Total	64.887	54.682

(\*) A Companhia concede participação nos resultados aos seus empregados com base em acordos coletivos firmados com o sindicato da categoria. Esse benefício está vinculado ao cumprimento de metas previamente estabelecidas. Esses benefícios foram apropriados aos resultados nas rubricas “Custo dos produtos e serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”. **29. Remuneração dos administradores** – A remuneração dos principais administradores, que possuem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante é reconhecido contabilmente como despesa e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$8.940. (R\$7.662 em 2022). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias.

**Rubens Facchini** – Diretor-Presidente  
**Euclides Facchini Filho** – Diretor Superintendente  
**Ailton Izaia** – Contador CRC 1SP 126.674/O-8

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**  
Aos Administradores e Acionistas  
**Facchini Participações S.A.**  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Facchini Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Facchini Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.  
**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.  
Campinas, 10 de abril de 2024.

**Ernst & Young**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC SP 027.623/F

**Alexandre Fermiro Alves**  
Contador  
CRC SP 211.793/O

# Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833  
comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



EPR Infraestrutura PR S.A. CNPJ/MF nº 51.136.974/0001-38 Relatório da Administração 2023																																																																																																																		
<p>A EPR Infraestrutura PR S.A. ("EPR Infraestrutura") foi constituída em 1º de junho de 2023, tendo por objeto social explorar, no território nacional, projetos de infraestrutura em transportes, através da exploração direta e/ou da participação em sociedades de propósito específico que se dediquem a empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais e respectivas faixas marginais. A EPR Infraestrutura detém 100% do capital votante da EPR Litoral Pioneiro S.A. ("EPR Litoral Pioneiro"). A EPR Litoral Pioneiro tem por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado "BR-153/277/369 e PR-092/151/239/407/408/411/508/804/855", que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, nos termos do contrato de Concessão celebrado junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, para a prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto do Contrato de Concessão. O "Contrato de Concessão nº 002/2023" foi assinado em 30 de janeiro de 2024 e o prazo é de 30 anos.</p> <p><b>Grupo EPR:</b> A EPR 2 Participações S.A. ("EPR"), acionista controladora da EPR Infraestrutura é uma plataforma de investimentos em concessões de rodovias e mobilidade, com o propósito de prestar serviços a usuários, administrar e realizar investimentos para modernização e manutenção das rodovias concedidas pelo Poder Público, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua. A EPR é a consolidação da parceria da Equipav, com mais de 60 anos de experiência em infraestrutura, com a Perfin, gestora de fundos de investimentos em infraestrutura. A EPR, por meio da EPR Litoral Pioneiro, e de outras três concessões (sociedades de propósito específico), administra, três concessões de rodovias no Estado de Minas Gerais e uma concessão de rodovia no Estado do Paraná.</p>																																																																																																																		
<p><b>2. Desempenho econômico-financeiro</b></p> <p><b>Demonstração do Resultado (em R\$ mil)</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Controladora Consolidado</th> <th colspan="2">Custos Operacionais e Despesas Gerais e Administrativas</th> </tr> <tr> <th>2023</th> <th>2022</th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita Operacional Líquida</td> <td>19.961</td> <td>Com pessoal</td> <td>(66)</td> </tr> <tr> <td>Custos dos Serviços Prestados</td> <td>(19.961)</td> <td>Custos de serviços de construção</td> <td>(19.961)</td> </tr> <tr> <td><b>Lucro Bruto</b></td> <td><b>–</b></td> <td>Serviços de terceiros</td> <td>(3)</td> </tr> <tr> <td>Despesas Gerais e Administrativas</td> <td>(3)</td> <td>Outros</td> <td>(2.595)</td> </tr> <tr> <td>Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</td> <td>(795)</td> <td><b>Custos Operacionais e Despesas Gerais e Administrativas</b></td> <td><b>(3) (22.718)</b></td> </tr> <tr> <td><b>Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro</b></td> <td><b>(798) (2.757)</b></td> <td>Em 31 de dezembro de 2023, os custos de serviços de construção foram de R\$ 19.961 mil de um total de R\$ 22.718 mil, representando 88% do total de custos operacionais. Os custos de serviços de construção são relacionados aos custos das obras realizadas em 2023.</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Resultado Financeiro</td> <td>172</td> <td><b>Resultado financeiro</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Receitas Financeiras</td> <td>172</td> <td><b>Resultado Financeiro</b></td> <td><b>Controladora Consolidado</b></td> </tr> <tr> <td>Despesas Financeiras</td> <td>(2.437)</td> <td>Receitas Financeiras</td> <td>172</td> </tr> <tr> <td><b>Prejuízo Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b></td> <td><b>(3.063) (2.220)</b></td> <td>Rendimento de aplicações financeiras</td> <td>3.114</td> </tr> <tr> <td>Imposto de Renda e Contribuição Social</td> <td>–</td> <td>Encargos Financeiros</td> <td>(2.358)</td> </tr> <tr> <td>Correntes</td> <td>–</td> <td>Outras despesas</td> <td>(79)</td> </tr> <tr> <td><b>Prejuízo do Período</b></td> <td><b>(3.063) (3.063)</b></td> <td><b>Resultado Financeiro</b></td> <td><b>(2.265) 537</b></td> </tr> <tr> <td><b>Resultado por Ação Básico e Diluído – R\$</b></td> <td><b>(0,0530) (0,0530)</b></td> <td>A receita financeira consolidada no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 3.114 mil representada pelo rendimento de aplicações financeiras. A despesa financeira consolidada no período findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 2.577 mil referente aos encargos financeiros decorrentes dos juros das debêntures incorridas. <b>Imposto de renda e contribuição social:</b> O imposto de renda e contribuição social consolidado no período findo em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 843 mil. <b>Lucro líquido (prejuízo) do período:</b> No período findo em 31 de dezembro de 2023, a EPR Infraestrutura apresentou um prejuízo consolidado de R\$ 3.063 mil. <b>Endividamento:</b> A EPR Infraestrutura possui saldo de dívida líquida negativa de R\$ 232.904 mil em 31 de dezembro de 2023, como resultado da 1ª emissão de debêntures realizada em 04 de dezembro de 2023.</td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Receita (R\$ mil)</b></td> <td><b>2023</b></td> <td><b>Receita Bruta</b></td> <td><b>19.961</b></td> </tr> <tr> <td>Receita de serviços de construção</td> <td>19.961</td> <td>Receita de serviços de construção</td> <td>19.961</td> </tr> <tr> <td>Imposto sobre receitas operacionais</td> <td>–</td> <td><b>Receita Líquida</b></td> <td><b>19.961</b></td> </tr> </tbody> </table>					Controladora Consolidado		Custos Operacionais e Despesas Gerais e Administrativas		2023	2022	2023	2022	Receita Operacional Líquida	19.961	Com pessoal	(66)	Custos dos Serviços Prestados	(19.961)	Custos de serviços de construção	(19.961)	<b>Lucro Bruto</b>	<b>–</b>	Serviços de terceiros	(3)	Despesas Gerais e Administrativas	(3)	Outros	(2.595)	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(795)	<b>Custos Operacionais e Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>(3) (22.718)</b>	<b>Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(798) (2.757)</b>	Em 31 de dezembro de 2023, os custos de serviços de construção foram de R\$ 19.961 mil de um total de R\$ 22.718 mil, representando 88% do total de custos operacionais. Os custos de serviços de construção são relacionados aos custos das obras realizadas em 2023.		Resultado Financeiro	172	<b>Resultado financeiro</b>		Receitas Financeiras	172	<b>Resultado Financeiro</b>	<b>Controladora Consolidado</b>	Despesas Financeiras	(2.437)	Receitas Financeiras	172	<b>Prejuízo Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>(3.063) (2.220)</b>	Rendimento de aplicações financeiras	3.114	Imposto de Renda e Contribuição Social	–	Encargos Financeiros	(2.358)	Correntes	–	Outras despesas	(79)	<b>Prejuízo do Período</b>	<b>(3.063) (3.063)</b>	<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(2.265) 537</b>	<b>Resultado por Ação Básico e Diluído – R\$</b>	<b>(0,0530) (0,0530)</b>	A receita financeira consolidada no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 3.114 mil representada pelo rendimento de aplicações financeiras. A despesa financeira consolidada no período findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 2.577 mil referente aos encargos financeiros decorrentes dos juros das debêntures incorridas. <b>Imposto de renda e contribuição social:</b> O imposto de renda e contribuição social consolidado no período findo em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 843 mil. <b>Lucro líquido (prejuízo) do período:</b> No período findo em 31 de dezembro de 2023, a EPR Infraestrutura apresentou um prejuízo consolidado de R\$ 3.063 mil. <b>Endividamento:</b> A EPR Infraestrutura possui saldo de dívida líquida negativa de R\$ 232.904 mil em 31 de dezembro de 2023, como resultado da 1ª emissão de debêntures realizada em 04 de dezembro de 2023.		<b>Receita (R\$ mil)</b>	<b>2023</b>	<b>Receita Bruta</b>	<b>19.961</b>	Receita de serviços de construção	19.961	Receita de serviços de construção	19.961	Imposto sobre receitas operacionais	–	<b>Receita Líquida</b>	<b>19.961</b>																																		
Controladora Consolidado		Custos Operacionais e Despesas Gerais e Administrativas																																																																																																																
2023	2022	2023	2022																																																																																																															
Receita Operacional Líquida	19.961	Com pessoal	(66)																																																																																																															
Custos dos Serviços Prestados	(19.961)	Custos de serviços de construção	(19.961)																																																																																																															
<b>Lucro Bruto</b>	<b>–</b>	Serviços de terceiros	(3)																																																																																																															
Despesas Gerais e Administrativas	(3)	Outros	(2.595)																																																																																																															
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(795)	<b>Custos Operacionais e Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>(3) (22.718)</b>																																																																																																															
<b>Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(798) (2.757)</b>	Em 31 de dezembro de 2023, os custos de serviços de construção foram de R\$ 19.961 mil de um total de R\$ 22.718 mil, representando 88% do total de custos operacionais. Os custos de serviços de construção são relacionados aos custos das obras realizadas em 2023.																																																																																																																
Resultado Financeiro	172	<b>Resultado financeiro</b>																																																																																																																
Receitas Financeiras	172	<b>Resultado Financeiro</b>	<b>Controladora Consolidado</b>																																																																																																															
Despesas Financeiras	(2.437)	Receitas Financeiras	172																																																																																																															
<b>Prejuízo Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>(3.063) (2.220)</b>	Rendimento de aplicações financeiras	3.114																																																																																																															
Imposto de Renda e Contribuição Social	–	Encargos Financeiros	(2.358)																																																																																																															
Correntes	–	Outras despesas	(79)																																																																																																															
<b>Prejuízo do Período</b>	<b>(3.063) (3.063)</b>	<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(2.265) 537</b>																																																																																																															
<b>Resultado por Ação Básico e Diluído – R\$</b>	<b>(0,0530) (0,0530)</b>	A receita financeira consolidada no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 3.114 mil representada pelo rendimento de aplicações financeiras. A despesa financeira consolidada no período findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 2.577 mil referente aos encargos financeiros decorrentes dos juros das debêntures incorridas. <b>Imposto de renda e contribuição social:</b> O imposto de renda e contribuição social consolidado no período findo em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 843 mil. <b>Lucro líquido (prejuízo) do período:</b> No período findo em 31 de dezembro de 2023, a EPR Infraestrutura apresentou um prejuízo consolidado de R\$ 3.063 mil. <b>Endividamento:</b> A EPR Infraestrutura possui saldo de dívida líquida negativa de R\$ 232.904 mil em 31 de dezembro de 2023, como resultado da 1ª emissão de debêntures realizada em 04 de dezembro de 2023.																																																																																																																
<b>Receita (R\$ mil)</b>	<b>2023</b>	<b>Receita Bruta</b>	<b>19.961</b>																																																																																																															
Receita de serviços de construção	19.961	Receita de serviços de construção	19.961																																																																																																															
Imposto sobre receitas operacionais	–	<b>Receita Líquida</b>	<b>19.961</b>																																																																																																															
<p><b>1. Destaques do ano de 2023</b></p> <p><b>Captação de recursos:</b> Em 04 de dezembro de 2023, a EPR Infraestrutura realizou a sua 1ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Resolução CVM 160, no valor total de R\$ 250.000 mil.</p>																																																																																																																		
<p><b>Balancos Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Ativo</th> <th rowspan="2">Nota</th> <th colspan="2">Controladora Consolidado</th> </tr> <tr> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>5</td> <td>143</td> <td>485.323</td> </tr> <tr> <td>Impostos a recuperar</td> <td>6</td> <td>39</td> <td>546</td> </tr> <tr> <td>Adiantamentos a fornecedores</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>57</td> </tr> <tr> <td><b>Total dos ativos circulantes</b></td> <td><b>182</b></td> <td><b>485.926</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Investimento</td> <td>7</td> <td>499.860</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Infraestrutura em construção</td> <td>8</td> <td>–</td> <td>21.045</td> </tr> <tr> <td><b>Total do ativo não circulante</b></td> <td><b>499.860</b></td> <td><b>21.045</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Total do Ativo</b></td> <td><b>500.042</b></td> <td><b>506.971</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Passivo e Patrimônio Líquido</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>9</td> <td>2</td> <td>65</td> </tr> <tr> <td>Debêntures</td> <td>–</td> <td>1.478</td> <td>1.478</td> </tr> <tr> <td>Obrigações sociais</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>28</td> </tr> <tr> <td>Obrigações fiscais</td> <td>10</td> <td>–</td> <td>1.087</td> </tr> <tr> <td>Contas a pagar – partes relacionadas</td> <td>12</td> <td>61</td> <td>5.811</td> </tr> <tr> <td><b>Total do passivo circulante</b></td> <td><b>1.541</b></td> <td><b>8.470</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debêntures</td> <td>9</td> <td>248.314</td> <td>248.314</td> </tr> <tr> <td><b>Total do passivo não circulante</b></td> <td><b>248.314</b></td> <td><b>248.314</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Total do Passivo</b></td> <td><b>249.855</b></td> <td><b>256.784</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Patrimônio Líquido</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Capital social</td> <td>13</td> <td>5.133</td> <td>5.133</td> </tr> <tr> <td>Reservas de capital</td> <td>13</td> <td>248.117</td> <td>248.117</td> </tr> <tr> <td>Prejuízos acumulados</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>(3.063)</td> </tr> <tr> <td><b>Total do patrimônio líquido</b></td> <td><b>250.187</b></td> <td><b>250.187</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b></td> <td><b>500.042</b></td> <td><b>506.971</b></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Ativo	Nota	Controladora Consolidado		2023	2022	<b>Circulante</b>				Caixa e equivalentes de caixa	5	143	485.323	Impostos a recuperar	6	39	546	Adiantamentos a fornecedores	–	–	57	<b>Total dos ativos circulantes</b>	<b>182</b>	<b>485.926</b>		Investimento	7	499.860	–	Infraestrutura em construção	8	–	21.045	<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>499.860</b>	<b>21.045</b>		<b>Total do Ativo</b>	<b>500.042</b>	<b>506.971</b>		<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>				<b>Circulante</b>				Fornecedores	9	2	65	Debêntures	–	1.478	1.478	Obrigações sociais	–	–	28	Obrigações fiscais	10	–	1.087	Contas a pagar – partes relacionadas	12	61	5.811	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>1.541</b>	<b>8.470</b>		Debêntures	9	248.314	248.314	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>248.314</b>	<b>248.314</b>		<b>Total do Passivo</b>	<b>249.855</b>	<b>256.784</b>		<b>Patrimônio Líquido</b>				Capital social	13	5.133	5.133	Reservas de capital	13	248.117	248.117	Prejuízos acumulados	–	–	(3.063)	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>250.187</b>	<b>250.187</b>		<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>500.042</b>	<b>506.971</b>	
Ativo	Nota	Controladora Consolidado																																																																																																																
		2023	2022																																																																																																															
<b>Circulante</b>																																																																																																																		
Caixa e equivalentes de caixa	5	143	485.323																																																																																																															
Impostos a recuperar	6	39	546																																																																																																															
Adiantamentos a fornecedores	–	–	57																																																																																																															
<b>Total dos ativos circulantes</b>	<b>182</b>	<b>485.926</b>																																																																																																																
Investimento	7	499.860	–																																																																																																															
Infraestrutura em construção	8	–	21.045																																																																																																															
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>499.860</b>	<b>21.045</b>																																																																																																																
<b>Total do Ativo</b>	<b>500.042</b>	<b>506.971</b>																																																																																																																
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>																																																																																																																		
<b>Circulante</b>																																																																																																																		
Fornecedores	9	2	65																																																																																																															
Debêntures	–	1.478	1.478																																																																																																															
Obrigações sociais	–	–	28																																																																																																															
Obrigações fiscais	10	–	1.087																																																																																																															
Contas a pagar – partes relacionadas	12	61	5.811																																																																																																															
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>1.541</b>	<b>8.470</b>																																																																																																																
Debêntures	9	248.314	248.314																																																																																																															
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>248.314</b>	<b>248.314</b>																																																																																																																
<b>Total do Passivo</b>	<b>249.855</b>	<b>256.784</b>																																																																																																																
<b>Patrimônio Líquido</b>																																																																																																																		
Capital social	13	5.133	5.133																																																																																																															
Reservas de capital	13	248.117	248.117																																																																																																															
Prejuízos acumulados	–	–	(3.063)																																																																																																															
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>250.187</b>	<b>250.187</b>																																																																																																																
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>500.042</b>	<b>506.971</b>																																																																																																																
<p><b>Demonstrações dos Resultados do período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto pelo resultado por ação)</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Ativo</th> <th rowspan="2">Nota</th> <th colspan="2">Controladora Consolidado</th> </tr> <tr> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Receita Operacional Líquida</b></td> <td><b>14</b></td> <td><b>19.961</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Custo dos Serviços Prestados</b></td> <td><b>–</b></td> <td><b>(19.961)</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Resultado Bruto</b></td> <td><b>15</b></td> <td><b>(3)</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Gerais e administrativas</td> <td>15</td> <td>(3)</td> <td>(2.757)</td> </tr> <tr> <td>Equivalência patrimonial</td> <td>15</td> <td>(795)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td><b>Prejuízo Operacional</b></td> <td><b>(798)</b></td> <td><b>(2.757)</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Receitas financeiras</td> <td>16</td> <td>172</td> <td>3.114</td> </tr> <tr> <td>Despesas financeiras</td> <td>16</td> <td>(2.437)</td> <td>(2.577)</td> </tr> <tr> <td><b>Resultado Financeiro</b></td> <td><b>(2.265)</b></td> <td><b>537</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Prejuízo antes do Imposto de Renda</b></td> <td><b>(3.063)</b></td> <td><b>(2.220)</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social</td> <td>10</td> <td>–</td> <td>(843)</td> </tr> <tr> <td><b>Prejuízo do Período</b></td> <td><b>(3.063)</b></td> <td><b>(3.063)</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Resultado por ação</b></td> <td><b>Diluído – R\$</b></td> <td><b>(0,0530)</b></td> <td><b>(0,0530)</b></td> </tr> </tbody> </table> <p><i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</i></p>					Ativo	Nota	Controladora Consolidado		2023	2022	<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>14</b>	<b>19.961</b>		<b>Custo dos Serviços Prestados</b>	<b>–</b>	<b>(19.961)</b>		<b>Resultado Bruto</b>	<b>15</b>	<b>(3)</b>		Gerais e administrativas	15	(3)	(2.757)	Equivalência patrimonial	15	(795)	–	<b>Prejuízo Operacional</b>	<b>(798)</b>	<b>(2.757)</b>		Receitas financeiras	16	172	3.114	Despesas financeiras	16	(2.437)	(2.577)	<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(2.265)</b>	<b>537</b>		<b>Prejuízo antes do Imposto de Renda</b>	<b>(3.063)</b>	<b>(2.220)</b>		Imposto de renda e contribuição social	10	–	(843)	<b>Prejuízo do Período</b>	<b>(3.063)</b>	<b>(3.063)</b>		<b>Resultado por ação</b>	<b>Diluído – R\$</b>	<b>(0,0530)</b>	<b>(0,0530)</b>																																																				
Ativo	Nota	Controladora Consolidado																																																																																																																
		2023	2022																																																																																																															
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>14</b>	<b>19.961</b>																																																																																																																
<b>Custo dos Serviços Prestados</b>	<b>–</b>	<b>(19.961)</b>																																																																																																																
<b>Resultado Bruto</b>	<b>15</b>	<b>(3)</b>																																																																																																																
Gerais e administrativas	15	(3)	(2.757)																																																																																																															
Equivalência patrimonial	15	(795)	–																																																																																																															
<b>Prejuízo Operacional</b>	<b>(798)</b>	<b>(2.757)</b>																																																																																																																
Receitas financeiras	16	172	3.114																																																																																																															
Despesas financeiras	16	(2.437)	(2.577)																																																																																																															
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(2.265)</b>	<b>537</b>																																																																																																																
<b>Prejuízo antes do Imposto de Renda</b>	<b>(3.063)</b>	<b>(2.220)</b>																																																																																																																
Imposto de renda e contribuição social	10	–	(843)																																																																																																															
<b>Prejuízo do Período</b>	<b>(3.063)</b>	<b>(3.063)</b>																																																																																																																
<b>Resultado por ação</b>	<b>Diluído – R\$</b>	<b>(0,0530)</b>	<b>(0,0530)</b>																																																																																																															
<p><b>Demonstrações dos Resultados Abrangentes do período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Ativo</th> <th rowspan="2">Nota</th> <th colspan="2">Controladora Consolidado</th> </tr> <tr> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Prejuízo do Período</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Outros Resultados Abrangentes</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Resultado Abrangente do Período</td> <td>(3.063)</td> <td>(3.063)</td> <td>(3.063)</td> </tr> </tbody> </table> <p><i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</i></p>					Ativo	Nota	Controladora Consolidado		2023	2022	Prejuízo do Período	–	–	–	Outros Resultados Abrangentes	–	–	–	Resultado Abrangente do Período	(3.063)	(3.063)	(3.063)																																																																																												
Ativo	Nota	Controladora Consolidado																																																																																																																
		2023	2022																																																																																																															
Prejuízo do Período	–	–	–																																																																																																															
Outros Resultados Abrangentes	–	–	–																																																																																																															
Resultado Abrangente do Período	(3.063)	(3.063)	(3.063)																																																																																																															
<p><b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Nota</th> <th>Capital Social</th> <th>Reserva de Capital</th> <th>Prejuízos acumulados</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Saldo em 1º de junho de 2023</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aumento de capital</td> <td>13</td> <td>5.133</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>5.133</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo do período</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>(3.063)</td> <td>(3.063)</td> </tr> <tr> <td><b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b></td> <td></td> <td><b>5.133</b></td> <td><b>248.117</b></td> <td><b>(3.063)</b></td> <td><b>250.187</b></td> </tr> </tbody> </table> <p><i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</i></p>						Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos acumulados	Total	<b>Saldo em 1º de junho de 2023</b>						Aumento de capital	13	5.133	–	–	5.133	Prejuízo do período	–	–	–	(3.063)	(3.063)	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>5.133</b>	<b>248.117</b>	<b>(3.063)</b>	<b>250.187</b>																																																																																
	Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos acumulados	Total																																																																																																													
<b>Saldo em 1º de junho de 2023</b>																																																																																																																		
Aumento de capital	13	5.133	–	–	5.133																																																																																																													
Prejuízo do período	–	–	–	(3.063)	(3.063)																																																																																																													
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>5.133</b>	<b>248.117</b>	<b>(3.063)</b>	<b>250.187</b>																																																																																																													
<p><b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas – Período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</b></p> <p><b>1. Contexto operacional</b> – A EPR Infraestrutura PR S.A. ("EPR Infraestrutura" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 1º de junho de 2023, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjunto 65, sala 22, 6º andar, Bairro Jardim Paulistano, no município de São Paulo-SP. A Companhia tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através de exploração direta ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários estaduais e federais. Segmento Operacional: A Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de operação de rodovias (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.</p> <p><b>2. Entidades do grupo</b> – A tabela abaixo apresenta a participação da Companhia no quadro acionário total de sua controladora, bem como sua principal atividade.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Controlada</th> <th>Atividade principal</th> <th>Contrato de Concessão</th> <th>Data de término da concessão</th> <th>Participação</th> <th>% de participação</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>EPR Litoral Pioneiro S.A.</td> <td>Concessão de Rodovias</td> <td>nº 02/2023</td> <td>Fev/54</td> <td>Direta</td> <td>100%</td> </tr> </tbody> </table> <p>resultados do exercício das controladas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras. <b>Perda de controle e de influência significativa:</b> Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos, incluindo qualquer ágio, e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido, incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas. Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Ao perder influência significativa sobre uma coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado. <b>Transações eliminadas na consolidação:</b> Saldos e transações entre empresas controladas pela Companhia, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. <b>4.2. Receitas de contratos com clientes:</b> O Grupo reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. No período findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo reconheceu unicamente aos serviços de construção ou melhoria dos contratos de concessão que é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. <b>4.3. Instrumentos financeiros:</b> Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. (i) Reconhecimento e mensuração inicial: A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, que é mensurado inicialmente ao preço da operação, ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. (ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Para</p>					Controlada	Atividade principal	Contrato de Concessão	Data de término da concessão	Participação	% de participação	EPR Litoral Pioneiro S.A.	Concessão de Rodovias	nº 02/2023	Fev/54	Direta	100%																																																																																																		
Controlada	Atividade principal	Contrato de Concessão	Data de término da concessão	Participação	% de participação																																																																																																													
EPR Litoral Pioneiro S.A.	Concessão de Rodovias	nº 02/2023	Fev/54	Direta	100%																																																																																																													
<p>que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em três categorias: Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. (iii) Desreconhecimento Ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou O Grupo transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo</p>																																																																																																																		
<p><b>Demonstrações dos Valores Adicionados do período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Receitas</th> <th colspan="2">Controladora Consolidado</th> </tr> <tr> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita dos serviços de construção</td> <td>–</td> <td>19.961</td> </tr> <tr> <td><b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b></td> <td><b>(3)</b></td> <td><b>(96)</b></td> </tr> <tr> <td>Custo dos serviços prestados</td> <td>–</td> <td>(19.961)</td> </tr> <tr> <td>Custo dos serviços de construção</td> <td>–</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Materiais, energia, serviços de terceiros e outros</td> <td>–</td> <td>(2.595)</td> </tr> <tr> <td><b>Valor Adicionado Líquido Produzido (Retido)</b></td> <td><b>(3)</b></td> <td><b>(2.691)</b></td> </tr> <tr> <td>Valor Adicionado Recebido em Transferência</td> <td>–</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Resultado de equivalência patrimonial</td> <td>(795)</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Receitas financeiras</td> <td>172</td> <td>3.114</td> </tr> <tr> <td><b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b></td> <td><b>(626)</b></td> <td><b>423</b></td> </tr> </tbody> </table> <p>Distribuição do Valor Adicionado</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Pessoal e encargos:</td> <td>–</td> <td>50</td> </tr> <tr> <td>Remuneração direta FGTS</td> <td>–</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>Impostos, taxas e contribuições: Federais (incluindo IOF)</td> <td>–</td> <td>858</td> </tr> <tr> <td>Remuneração de capitais de terceiros:</td> <td>–</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Juros</td> <td>2.431</td> <td>2.431</td> </tr> <tr> <td>Outras despesas financeiras</td> <td>6</td> <td>143</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo do período</td> <td>(3.063)</td> <td>(3.063)</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>(626)</b></td> <td><b>423</b></td> </tr> </tbody> </table> <p><i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</i></p> <p>a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. Passivos financeiros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. (iv) Compensação: Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. <b>4.4. Infraestrutura em construção:</b> O Grupo reconhece em infraestrutura em construção vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão durante o período de construção, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, a infraestrutura em construção é mensurada pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Quando finalizada a obra de construção, o ativo será transferido para ativo intangível. Em 31 de dezembro de 2023 o Grupo não possuía ativos intangíveis. Feridos para a rubrica de "Ativo intangível". <b>4.5. Capitalização de custos:</b> Os custos de mão de obra diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção da infraestrutura em construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, os custos das debêntures atribuíveis à infraestrutura em construção são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria. <b>4.6. Fornecedores:</b> Refere-se a obrigações a pagar de prestação de serviços, cauções contratuais, fornecimentos de materiais e insumos destinados predominantemente ao imobilizado e execução de obras na rodovia. <b>4.7. Redução ao valor recuperável (impairment)</b> (i) Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais: O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito. <b>Mensuração das perdas de crédito esperadas:</b> As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. <b>Ativos financeiros com problemas de recuperação:</b> Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros</p>					Receitas	Controladora Consolidado		2023	2022	Receita dos serviços de construção	–	19.961	<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(3)</b>	<b>(96)</b>	Custo dos serviços prestados	–	(19.961)	Custo dos serviços de construção	–	–	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	–	(2.595)	<b>Valor Adicionado Líquido Produzido (Retido)</b>	<b>(3)</b>	<b>(2.691)</b>	Valor Adicionado Recebido em Transferência	–	–	Resultado de equivalência patrimonial	(795)	–	Receitas financeiras	172	3.114	<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>(626)</b>	<b>423</b>		2023	2022	Pessoal e encargos:	–	50	Remuneração direta FGTS	–	4	Impostos, taxas e contribuições: Federais (incluindo IOF)	–	858	Remuneração de capitais de terceiros:	–	–	Juros	2.431	2.431	Outras despesas financeiras	6	143	Prejuízo do período	(3.063)	(3.063)	<b>Total</b>	<b>(626)</b>	<b>423</b>																																																
Receitas	Controladora Consolidado																																																																																																																	
	2023	2022																																																																																																																
Receita dos serviços de construção	–	19.961																																																																																																																
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(3)</b>	<b>(96)</b>																																																																																																																
Custo dos serviços prestados	–	(19.961)																																																																																																																
Custo dos serviços de construção	–	–																																																																																																																
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	–	(2.595)																																																																																																																
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido (Retido)</b>	<b>(3)</b>	<b>(2.691)</b>																																																																																																																
Valor Adicionado Recebido em Transferência	–	–																																																																																																																
Resultado de equivalência patrimonial	(795)	–																																																																																																																
Receitas financeiras	172	3.114																																																																																																																
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>(626)</b>	<b>423</b>																																																																																																																
	2023	2022																																																																																																																
Pessoal e encargos:	–	50																																																																																																																
Remuneração direta FGTS	–	4																																																																																																																
Impostos, taxas e contribuições: Federais (incluindo IOF)	–	858																																																																																																																
Remuneração de capitais de terceiros:	–	–																																																																																																																
Juros	2.431	2.431																																																																																																																
Outras despesas financeiras	6	143																																																																																																																
Prejuízo do período	(3.063)	(3.063)																																																																																																																
<b>Total</b>	<b>(626)</b>	<b>423</b>																																																																																																																





... continuação

### EPR Infraestrutura PR S.A.

nião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Capitalização de gastos de infraestrutura em construção:** Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 4.4 e 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A mensuração da infraestrutura em construção é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos de infraestrutura em construção como área significativa de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como infraestrutura em construção e intangível; (ii) teste das adições da infraestrutura em construção para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes. Baseados no resultado dos

procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos de infraestrutura em construção adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.4 e 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e

pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 15 de abril de 2024.

**Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.**  
CRC SP-027623/F  
**José Antonio de Andrade Navarrete**  
Contador CRC SP-198698/O



## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/04/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



MM & Santos Participações S/A

CNPJ/MF nº 30.870.079/0001-72

Table with multiple columns: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, and Notas Explicativas. Includes financial data for 2023 and 2022.

Publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/04/2024. ICP Brasil logo and QR code for document verification.

... continuação

financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento

MM & Santos Participações S/A

das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão

fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 10 de abril de 2024.

**Ernst & Young**  
Audidores Independentes S/S.  
CRC SP-027623/F  
**Alexandre Fermino Alvares**  
Contador CRC SP-211793/O



## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

Documento assinado e certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/04/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## DM Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/ME nº 16.581.207/0001-37 - NIRE 35.300.439.295

### Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de abril de 2024

**1. Data, Hora e Local:** Realizada no dia 11 de abril de 2024, às 09:00 horas, na sede social da DM Instituição de Pagamento S.A., sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 16.581.207/0001-37, com sede na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, 3º andar, sala 02, Torre B, Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870 ("Companhia").

**2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de edital de convocação, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, na forma do § 4º do Artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

**3. Mesa:** Sr. Denis Cesar Correia ("Presidente"); e Sr. Tharik Camocardi de Moura ("Secretário").

**4. Ordem do Dia:** (i) análise, discussão e deliberação sobre as contas da administração, o balanço patrimonial, demonstrações financeiras e resultado econômico da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, (a) publicadas na versão impressa do Jornal Valor Econômico do dia 2 de Abril de 2024, nas páginas E7 a E11, e de forma simultânea, no site eletrônico da internet do Jornal Valor Econômico; e (b) disponibilizadas no site da Companhia <https://www.voicedm.com.br/portal/sobre/informativos-financeiros>; (ii) aprovação da proposta apresentada pela administração para destinação dos resultados relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (iii) deliberação sobre a reeleição dos Diretores da Companhia.

**5. Deliberações:** Após analisarem as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, representando a totalidade do capital social da Companhia, deliberaram por unanimidade aprovar a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo a transcrição apenas das deliberações tomadas, bem como: (i) Aprovar, integralmente e sem ressalvas, as contas dos administradores, o balanço patrimonial, demonstrações financeiras e o resultado econômico da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. (ii) Aprovar a destinação do resultado líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme a seguir: foram apurados lucros no valor de R\$ 48.060.553,68 (quarenta e oito milhões sessenta mil quinhentos e cinquenta e três reais e sessenta e oito centavos), dos quais: (a) R\$ 2.403.027,68 (dois milhões quatrocentos e três mil e vinte e sete reais e sessenta e oito centavos) foram destinados para a conta de Reserva Legal; (b) R\$ 31.781.993,24 (trinta e um milhões setecentos e oitenta e um mil novecentos e noventa e três reais e vinte e quatro centavos), foram destinados para a Reserva de Lucros; (c) R\$ 13.875.532,76 foram destinados aos acionistas a título de Dividendos obrigatórios, dos quais: (i) R\$ 11.290.747,55 (onze milhões duzentos e noventa mil setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) foram distribuídos antecipadamente a título de Dividendos Intermediários de 2023, à conta dos lucros apurados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2023 e 30 de junho de 2023, "ad referendum" da presente Assembleia Geral Ordinária, conforme facultado pelo artigo 21 do Estatuto da Companhia e pelo Acordo de Acionistas e aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada pela Companhia no dia 15 de dezembro de 2023, e (ii) o saldo de R\$ 2.584.785,21 (dois milhões quinhentos e oitenta e quatro mil setecentos e oitenta e cinco reais e vinte e um centavos) serão distribuídos conforme base acionária da presente data. Os acionistas autorizam a administração da Companhia a tomar todas as providências necessárias para transferir os valores distribuídos neste ato para os acionistas da Sociedade, conforme aprovado no item acima. (iii) Aprovar a reeleição, para um mandato de 2 (dois) anos a contar da presente data, de: (i) Denis Cesar Correia, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.446.916-8 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 103.540.518-06, com endereço profissional na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, 3º andar, sala 02, Torre B, Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870, para ocupar o cargo de Diretor Presidente, (ii) Juan Pablo Garcia Agudo, brasileiro naturalizado, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.486.850-3 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 089.123.768-29, com endereço profissional na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, 3º andar, sala 02, Torre B, Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870, para ocupar o cargo de Diretor sem Designação Específica; e (iii) Tharik Camocardi de Moura, brasileiro, em união estável, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 43.942.901-8 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 369.358.358-79, com endereço profissional na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, 3º andar, sala 02, Torre B, Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870, para ocupar o cargo Diretor Financeiro da Companhia. Os Diretores ora reeleitos tomam posse, neste ato, mediante assinatura de seus respectivos Termos de Posse na forma dos Anexos I, II e III à presente ata, além de ficarem arquivados no livro de Atas das Reuniões de Diretoria da Companhia, na forma do artigo 149 da Lei das Sociedades por Ações. Os Diretores ora reeleitos declararam expressamente em seus respectivos termos de posse, sob as penas da lei, que: (i) não estão impedidos de exercerem a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade; (ii) possuem reputação ilibada; e (iii) não têm interesses conflitantes com o da Companhia.

**6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no art. 130, § 1º, da Lei das S.A., a qual foi posteriormente lida, aprovada e assinada pela unanimidade dos acionistas, juntamente com os membros da mesa.

**7. Assinaturas:** Mesa: Denis Cesar Correia, como Presidente e Tharik Camocardi de Moura, como Secretário. Acionistas: DMCORE Holding Financeira S.A., representada por Denis Cesar Correia e Tharik Camocardi de Moura. Confira com a original lavrada em livro próprio. São José dos Campos, 11 de abril de 2024. Mesa: Denis Cesar Correia - Presidente; Tharik Camocardi de Moura - Secretário. Acionistas: DMCORE Holding Financeira S.A. Denis Cesar Correia - Diretor Presidente; Tharik Camocardi de Moura - Diretor Financeiro; Denis Cesar Correia. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 152.698/24-3 em 17/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## CIP S.A.

CNPJ/MF nº 44.393.564/0001-07 - NIRE 35.300.582.781

### Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2024

**Data, Hora e Local:** Aos 27 (vinte e sete) dias de março de dois mil e vinte e quatro, às 14h00, na sede social da CIP S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.485, Torre Norte, 4º andar, CEP 01452-002.

**Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia em razão da presença da totalidade dos membros eleitos do Conselho de Administração, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e do Estatuto Social da Companhia.

**Composição da Mesa:** Edeilson Viani, Presidente; e Beatriz Covre de Oliveira, Secretária.

**Ordem do Dia:** 1. Deliberar sobre submissão das Demonstrações Financeiras de 2023 à Assembleia Geral; 2. Deliberar sobre a Convocação de Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária a ser realizada em 29 de fevereiro de 2024 às 15h00 e aprovação do seu Edital de Convocação; 3. Deliberar sobre a renúncia de membro do Comitê de Pessoas e Cultura e membro suplente do Conselho de Administração; e 4. Deliberar sobre eleição de membro da Diretoria.

**Deliberações:** Após as discussões relacionadas à matéria constante na Ordem do Dia, foi aprovado, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas o que segue: 1. A submissão à Assembleia Geral do Relatório da Administração, as contas e as demonstrações financeiras da Companhia, nos termos do artigo 23, alínea "q" do Estatuto Social da Companhia; 2. A convocação de Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2024 às 15h00 e aprovação do seu edital de convocação, que deliberará sobre: I. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: a) Reforma e Consolidação do Estatuto Social da Companhia; e b) Fixação do limite de valor da remuneração anual global dos Comitês estatutários da Companhia, para o exercício de 2024, nos termos do artigo 11, alínea "e" do Estatuto Social; II. Em sede de Assembleia Geral Ordinária: a) Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, com a aprovação (i) do Relatório da Administração, (ii) das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2023, e (iii) o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia; b) Proposta da destinação do lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023; c) Fixação do limite de valor da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2024; d) Eleição dos membros do Conselho de Administração com a fixação do número efetivo da sua composição; e) Autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações constantes da ordem do dia, bem como a ratificação dos atos já praticados pelos administradores neste fim.

3. O reconhecimento da renúncia apresentada pelo Sr. Marcos Cavagnoli, ao cargo de membro do Comitê de Pessoas e Cultura e membro suplente do Conselho de Administração, com os agradecimentos de praxe ao membro por todos os serviços prestados à Companhia. 4. A eleição do Sr. Danilo de Lima Santos, ao cargo de Diretor Estatutário de Auditoria, pelo prazo de mandato de 2 (dois) anos, unificado aos demais Diretores da Companhia. 4.1. O Diretor ora eleito fica empossado em seu cargo, mediante a assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio e declarado, sob as penas da lei, que tem conhecimento das disposições do artigo 147 da Lei das S.A., que preenche os requisitos legais para integrar a Diretoria da Companhia e que não está impedido de exercer cargos administrativos por lei especial; em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela; em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou em decorrência do cometimento de crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, não havendo manifestação, deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi pelos presentes assinada. São Paulo, 27 de março de 2024. Beatriz Covre de Oliveira - Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 154.869/24-7 em 17/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/ME nº 52.045.457/0001-16 - NIRE 35.300.026.373

### Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. ("Companhia") a se reunirem às 10:00, do dia 30 de abril de 2024, na sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Monsenhor Antonio Pepe, nº 94, Parque Jabaquara, facultada a participação digital através do link <https://tinyurl.com/TAMAE-AGE>, bem como a assinatura da respectiva Ata por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; b. Destinação do lucro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; c. Remuneração dos administradores da Companhia. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia os documentos elencados na Lei 6.404/76. São Paulo, 19 de abril de 2024. Leonardo Rosendo Fiuzza - Diretor. (19, 20 e 23/04/2024)

## TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/ME nº 52.045.457/0001-16 - NIRE 35.300.026.373

### Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. ("Companhia") a se reunirem às 11:00, do dia 30 de abril de 2024, na sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Monsenhor Antonio Pepe, nº 94, Parque Jabaquara, facultada a participação digital através do link <https://tinyurl.com/TAMAE-AGE>, bem como a assinatura da respectiva Ata por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a. Deliberar sobre a abertura de uma nova filial da sociedade no seguinte endereço: Rodovia Hélio Smidt, s/nº, TPS 2 - Check-in D - Piso Superior, Sala 14 - Cumbica - Guarulhos-SP, CEP: 07190-100. São Paulo, 19 de abril de 2024. Leonardo Rosendo Fiuzza - Diretor. (19, 20 e 23/04/2024)

## Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.

CNPJ nº 62.550.256/0001-20 (Companhia)

### Edital de Convocação - AGOE - 24/05/2024

Ficam convocados os acionistas da Companhia para participar da AGOE a se realizar presencialmente na sede da empresa, localizada no município de São Paulo, estado de São Paulo, na avenida Paulista, n.º 867, 6.º andar, conjunto 61, sala 2, bairro Bela Vista, CEP 01.311-100, no dia 24/05/2024, às 09h10. **Ordem do Dia:** em sede de AGOE: (i) examinar e discutir as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023; e (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social, caso haja lucro a ser distribuído; em sede de AGE: (i) aumento do capital social da Companhia. **Documentação necessária para participação:** documento de identificação do acionista ou seu representante legal. Caso o acionista seja representado por procurador, enviar o instrumento de mandato na forma da lei e do estatuto social com antecedência mínima de 24 horas para o e-mail: [societario@hapvida.com.br](mailto:societario@hapvida.com.br). **Documentos disponibilizados:** a documentação relacionada às matérias da ordem do dia estará disponível no link: <https://encurtador.com.br/pyCFT>. São Paulo/SP, 20/04/2024. Diretor presidente - Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima. (20, 23 e 24/04/2024)

## Caravelas Negócios Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 13.019.760/0001-92 - NIRE nº 35.300.386.817

### Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária da Sociedade, a ser realizada na sede social, à Avenida Presidente Altino, 603, em São Paulo-SP, no dia 30 de abril de 2024, às 9:30 horas, a fim de deliberarem sobre seguinte Ordem do Dia: (i) Tomar conhecimento do Relatório da Administração, examinar e deliberar sobre as contas da Diretoria, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Fixar a remuneração global anual da administração. São Paulo, 19 de abril de 2024. Angela Martins Guido Rios - Presidente do Conselho de Administração. (19, 20 e 23/04/2024)

## Servgás Distribuidora de Gás S/A

CNPJ (MF) 55.332.811/0001-81

### Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 09 de Maio de 2.024, Quinta-Feira, às 10:00 horas, no Hotel Ibis São Paulo Expo, com endereço na Rua Eduardo Viana, 163 - Barra Funda - São Paulo/SP - Telefone (11) 3393.7300, por motivo de força maior, decorrente de reparos na sede administrativa, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2023. II - Destinação do resultado líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023. III - Outros assuntos. Guarulhos/SP, 08 de Abril de 2.024. Demétrio Augusto Zacharias - Diretor Presidente. (19, 20 e 23/04/2024)

## DM Instituição de Pagamentos S.A.

CNPJ/MF nº 16.581.207/0001-37 - NIRE 35.300.439.295

### Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de abril de 2024 - Certidão

Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o arquivamento da ata em epígrafe em 17/04/2024, sob o nº 154.613/24-1. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





continuação

## TRINITY ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

de Janeiro, onde há grande potencial de prospecção devido aos altos custos com energia. No entanto, a Kompass possui grande potencial de expansão para outros estados, já tendo iniciado esse movimento com a entrega de seus primeiros projetos em Brasília. Até 2023, já eram mais de 105 projetos entregues e 12MW instalados. **Modelo de Negócios:** O que diferencia a Kompass no mercado é o seu modelo de negócios, que permite o total parcelamento da implementação de uma usina de geração pelo condomínio, sem que seja necessário qualquer desembolso inicial. Isso gera economia praticamente imediata, aumentando a disponibilidade de caixa dos condomínios, que possuem boa capacidade de pagamento e baixo risco de inadimplência. Os contratos com os clientes incluem 120 parcelas, que são corrigidas anualmente pelo IPCA. A parcela mensal da Kompass somada ao valor residual da conta de luz é menor do que a fatura anterior ao projeto, diminuindo ou extinguindo a exposição às alterações de "bandeira" e os sucessivos reajustes anuais acima da inflação. Como resultado, o orçamento dos condomínios fica mais estável, com redução de custos correntes e valorização do imóvel. Em média, o condomínio irá pagar 80% da sua fatura atual (valor residual da concessionária mais o financiamento da usina com a Kompass). Ao final do financiamento, o cliente pagará apenas um valor equivalente a 1/3 da fatura anterior à Kompass. Além disso, o foco em condomínios também permite uma estratégia de proteção ao capital. Ao invés de pagamentos individuais de dezenas de pessoas físicas, o pagamento é realizado através de uma só pessoa jurídica. Dessa forma, caso algum condomínio fique inadimplente com o condomínio, o pagamento dos demais condomínios e a reserva de caixa do próprio condomínio cobrem essa inadimplência e o pagamento à Kompass não é afetado. Mesmo com as mudanças nas leis de Geração Distribuída implementadas no início do ano de 2022, o modelo de negócio da Kompass ainda se mantém protegido, pois seus clientes fazem geração junto à carga e consomem no mínimo 65%-70% dessa energia de forma instantânea. Ou seja, a maior parte de seu consumo não passa pela rede na forma de créditos, que serão afetados pela mudança na legislação. Em resumo, a Kompass é uma Companhia que oferece soluções de energia elétrica para condomínios com um modelo de negócio inovador e acessível, com baixo risco de crédito.

Descrição	R\$
Ativos operacionais (a)	75.872
Passivos operacionais (a)	(51.867)
Intangíveis identificados:	
Marca	8.192
Carteira de clientes	82
<b>Valor líquido de ativos identificados e passivos assumidos</b>	<b>32.278</b>
Non-controlling interest (NCI)	14.525
Valor justo das contraprestações transferidas	21.000
<b>Agio por rentabilidade futura</b>	<b>3.247</b>

**2. BASES DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS:**

**a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração aprovou a conclusão das demonstrações contábeis em 18 de abril de 2024. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26R1 (apresentação das demonstrações contábeis). **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos, os quais são mensurados pelo valor justo. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota nº 5 – Contas a receber;** • **Nota nº 15 – Provisão para contingências;** • **Nota nº 20 – Estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros.** **e) Gestão do capital:** A Sociedade busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

**3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS:**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados: **3.1. Instrumentos financeiros: Ativo financeiro:** • **Classificação ativo financeiro:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (CA); (ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"); ou (iii) Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançar tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Sociedade pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível desdencasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **• Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Sociedade estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. **• Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado:** A Sociedade avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Sociedade para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **• Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Sociedade transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Sociedade não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Sociedade tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Sociedade com esse ativo. **Passivos financeiros:** **• Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Sociedade, que são inicialmente reconhecidos ao valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. **• Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **• Desreconhecimento de passivos**

**financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **3.2. Caixas e equivalentes de caixa:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço que não supera o valor de mercado. **3.3. Contas a receber:** Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado aos consumidores livres, receita relativa à energia fornecida e não faturada até o encerramento do balanço e valores a receber da CCEE "Câmara de Comercialização de Energia Elétrica", contabilizado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros, dessa forma os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **3.4. Fornecedores de energia:** Incluem a compra de energia elétrica faturadas para a Sociedade e compra de energia não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado pelo regime de competência. São obrigações registradas como passivos financeiros pelo custo amortizado, no qual não há impactos de juros. **3.5. Valor justo dos contratos de energia:** A Sociedade tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda. A Sociedade tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente convertíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9 / CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Sociedade pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Sociedade ou da contraparte. O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade, (iv) preço futuros dos submercados de energia (Sudeste e Centro-Oeste, Sul, Norte e Nordeste) (v) tipo de fonte de energia (Convencional ou Incentivada), (vi) tendência hidrológica, entre outros. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; **• Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente; **• Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Compensação de instrumentos financeiros** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Sociedade ou da contraparte. **Demais passivos circulares e não circulares:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos. **3.6. Imobilização:** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, à exceção de projetos em andamento, acrescidos dos juros incorridos e despesas financeiras capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. De acordo com as especificações técnicas dos fabricantes, para os projetos solares a taxa de vida útil é de 25 anos. O valor contábil dos ativos é ajustado para seu valor recuperável, sempre que os eventos ou circunstâncias indicarem que seu valor contábil não pode ser recuperável. **3.7. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo. **3.8. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda, e 9% sobre o lucro para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, desde que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. **3.10. Reconhecimento de receita e custo de energia:** A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. O custo de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comparada para comercialização vinculada à atividade operacional da Sociedade. A receita e compra de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). **3.11. Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis: (i) Participação de acionistas não-controladores A Sociedade elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data da aquisição. Mudanças na participação da Sociedade em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **Controladas:** A Sociedade controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis a partir da data em que a Sociedade obtiver o controle até a data em que o controle deixar de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **3.12. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023:**

Novos pronunciamentos	Natureza da alteração	Período vigente
Alterações na norma IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfizem as exigências da IFRS 15/CPC 47;	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 1 / CPC 26	Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circunlante e não-circunlante;	1º de janeiro de 2024

Novos pronunciamentos	Natureza da alteração	Período vigente
Alterações ao IAS 1 / CPC 26	Esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de 1º de janeiro de 2024 postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório;	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 7 / CPC 03 (R2) 3 IFRS 7 / CPC 40 (R1)	Esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com 1º de janeiro de 2024 informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis;	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 21 / CPC 02 (R2)	Exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável.	1º de janeiro de 2025

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixas e bancos	21	8	3.554	9
Aplicações financeiras	27.018	36.730	30.745	38.709
	<b>27.039</b>	<b>36.738</b>	<b>34.300</b>	<b>38.717</b>

Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras referem-se a operações de renda fixa com compromissos de recompra lastreadas em certificados de depósitos e outros títulos de emissão de entidades financeiras de primeira linha, o que não denota expectativas de risco de perdas com estes instrumentos financeiros, remuneradas pela taxa média de 102 % de variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em aplicações em CDB e 90 % em aplicações em compromissada, de acordo com os contratos firmados pelas Sociedades e pelos bancos, essas aplicações podem ser resgatadas em prazo inferior a 90 dias, sem perda dos rendimentos; dessa forma consideradas de liquidez imediata ou convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

**5. CONTAS A RECEBER:**

Composição:	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Não faturados (1)	136.891	65.533	136.891	65.533
Faturados	1.811	1.047	69.751	1.549
Liquidação CCEE (2)	5.438	2.738	5.438	2.738
	<b>144.140</b>	<b>69.318</b>	<b>212.080</b>	<b>69.821</b>
Ativo circulante	144.140	69.318	151.872	69.821
Ativo não circulante	-	-	60.208	-
	<b>144.140</b>	<b>69.318</b>	<b>212.080</b>	<b>69.821</b>

(1) O saldo de "Não faturados" é composto por provisões de vendas de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo contrato de venda e o consumo de energia, ocorreu em cada data base e faturado e recebido no mês subsequente; (2) Os valores a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ou (CCEE), referem-se a excedente de energia que foram liquidados. Composição por vencimento dos valores a receber são como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
A vencer	210.739	68.624
Vencidos em até 90 dias	1.064	748
De 91 dias a 180 dias	21	139
De 181 a 360 dias	27	284
Acima de 360 dias	228	26
	<b>212.080</b>	<b>69.821</b>

A Companhia adota como método para mensuração de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa o conceito de "perdas efetivas", fundamentado no reconhecimento das perdas dadas como convertevel, não sendo este, o caso dos valores classificados em abertos.

**6. OUTROS ATIVOS:**

Outros ativos são compostos predominantemente de adiantamentos realizados para operações de energia e do fundo de liquidez (garantia) referente ao CRI.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento a fornecedores	298	1.055	381	1.055
Adiantamento operação de energia	335	3.939	335	3.939
Banco Virgo - CRI	-	-	-	9.109
Outros adiantamentos	627	61	627	71
Outros créditos - clientes em recuperação judicial	728	728	728	728
Outros créditos - clientes acordo extrajudicial	-	52	-	52
	<b>1.989</b>	<b>5.835</b>	<b>2.071</b>	<b>14.954</b>
Ativo circulante	1.989	5.835	2.071	12.706
Ativo não circulante	-	-	-	2.248
	<b>1.989</b>	<b>5.835</b>	<b>2.071</b>	<b>14.954</b>

**7. PARTES RELACIONADAS:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
UFV TNT Bom Sucesso Ltda.	6.280	1.009	-	-
UFV TNT Mateus Leme I Ltda.	3.957	180	-	-
UFV TNT Mateus Leme II Ltda.	-	16	-	-
UFV TNT Pedra Bonita Energia Elétrica Ltda.	2.569	10	-	-
UFV TNT Pedra da Gávea Energia Elétrica Ltda.	2.083	10	-	-
UFV TNT Corcovado Ltda.	13.089	-	-	-
UFV TNT Jaguaruana I Ltda.	4.283	-	-	-
UFV TNT Jaguaruana II Ltda.	4.755	-	-	-
UFV TNT Trairi I Ltda.	90	-	-	-
UFV TNT Jaguaruana III Ltda.	4.612	-	-	-
UFV TNT Itaquitinga Ltda.	280	-	-	-
UFV TNT Petrolina III Ltda.	3	-	-	-
UFV TNT Morro do Chapéu I Ltda.	2.877	-	-	-
UFV TNT Petrolândia I Ltda.	807	-	-	-
UFV TNT Petrolina I Ltda.	36	-	-	-
UFV TNT Morro do Chapéu II Ltda.	2.877	-	-	-
UFV TNT Petrolina II Ltda.	25	-	-	-
UFV TNT Baturité I Ltda.	2	-	-	-
UFV TNT Baturité II Ltda.	2	-	-	-
UFV TNT Trairi II Ltda.	2	-	-	-
UFV TNT Igu I Ltda.	739	-	-	-
UFV TNT Morro do Chapéu III Ltda.	668	-	-	-
UFV TNT Morada Nova I Ltda.	1	-	-	-
UFV TNT Morada Nova II Ltda.	1	-	-	-
UFV TNT Irecê I Ltda.	2.536	-	-	-
UFV TNT Irecê II Ltda.	2.537	-	-	-
UFV TNT Irecê III Ltda.	336	-	-	-
Trinity Holding Ltda.	70	-	-	-
	<b>55.516</b>	<b>1.225</b>	-	-
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
UFV TNT Mateus Leme II Ltda.	(958)	16	-	-
UFV TNT São Gonçalo Ltda.	(201)	-	-	-
UFV TNT Senador Pompeu Ltda.	(10.800)	-	-	-
Trinity Gestão e Intel. em Ener.	(2.258)	-	-	-
Kompass Energia S.A	(8.000)	-	(8.689)	-
	<b>(22.218)</b>	<b>16</b>	<b>(8.689)</b>	-

Os valores referentes a partes relacionadas em seu maior montante são referentes mútuos entre as partes indicadas e a Trinity Renováveis, que no percurso de 2024 serão liquidados.

**Remuneração da Administração:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia distribuiu lucros aos seus administradores no montante de R\$ 2.360. A remuneração do pessoal-chave da Administração do Grupo inclui pró-labore e benefícios no montante R\$ R\$ 4.811 em 31 de dezembro de 2023.

**8. INVESTIMENTOS:**

Composição:	Saldo em aberto:	2023	2022
Trinity Holding Ltda.	(58)	(24)	
Trinity Gestão e Intel. em Ener. Ltda.	11	116	
UFV TNT I Bom Sucesso Ltda.	-	10.546	
UFV Pedra da Gávea Energia Elétrica Ltda.	-	6.357	
UFV Pedra Bonita Energia Elétrica Ltda.	-	5.288	

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



Saldo em aberto:		2023	2022
UFV TNT Mateus Leme II Ltda.		-	7.560
UFV TNT Mateus Leme I Ltda.		-	1.454
Kompass Energia S.A		17.753	-
Kompass Energia S.A. - ágio		3.247	-
		<b>20.953</b>	<b>31.297</b>

  

2022	Aporte	Ganho/Perda de investimento	Método de equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	Dividendos pagos	Ativo disponível para venda	2023
Trinity Holding Ltda.	(24)	-	(33)	-	-	(58)	
Trinity Gestão e Intel. em Ener. Ltda.	116	-	(43.374)	-	(43.479)	-	11
UFV TNT I Bom Sucesso Ltda.	10.546	-	(994)	-	-	9.552	
UFV Pedra da Gávea Energia Elétrica Ltda.	6.357	-	(131)	-	-	6.226	
UFV Pedra Bonita Energia Elétrica Ltda.	5.288	-	(48)	-	-	5.240	
UFV TNT Mateus Leme II Ltda.	7.560	-	(166)	-	-	7.394	
UFV TNT Mateus Leme I Ltda.	1.454	-	(597)	-	-	857	
UFV TNT Jaguaruana I Ltda.	-	10	(36)	-	-	(26)	
UFV TNT Senador Pompeu I Ltda.	-	10	(133)	-	-	(123)	
UFV TNT Corcovado Ltda.	-	10	(169)	-	-	(159)	
UFV TNT Jaguaruana II Ltda.	-	10	(40)	-	-	(30)	
UFV TNT Trairi I Ltda.	-	10	(3)	-	-	7	
UFV TNT Jaguaruana III Ltda.	-	10	(32)	-	-	(22)	
UFV TNT São Gonçalo Do Amarante Ltda.	-	10	(169)	-	-	(159)	
UFV TNT Itaquitinga Ltda	-	10	(5)	-	-	5	
UFV TNT Morro Do Chapéu I Ltda	-	10	(10)	-	-	(0)	
UFV TNT Petrolina III Ltda	-	10	(2)	-	-	8	
UFV TNT Baturité I Ltda	-	10	(1)	-	-	9	
UFV TNT Baturité II Ltda	-	10	(1)	-	-	9	
UFV TNT Petrolândia I Ltda.	-	10	(4)	-	-	6	
UFV TNT Trairi II Ltda.	-	10	(1)	-	-	9	
UFV TNT Petrolina I Ltda	-	10	(2)	-	-	8	
UFV TNT Petrolina II Ltda.	-	10	(1)	-	-	9	
UFV TNT Morro Do Chapéu III Ltda	-	10	(4)	-	-	6	
Kompass Energia S.A	-	21.000	-	-	-	21.000	
		<b>31.297</b>	<b>21.170</b>	<b>-40.795</b>	<b>(43.479)</b>	<b>28.827</b>	<b>20.953</b>

  

Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
Trinity Holding Ltda.	10.324	10.381	(57)
Trinity Gestão e Intel. em Ener. Ltda.	2.519	2.509	10
Kompass Energia S.A.	75.872	51.867	24.004

  

2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalente de caixa	-	21.154	-
Impostos a recuperar	-	289	-
Imposto diferido	-	1.186	-
Adiantamentos	-	26.736	-
Investimento	28.829	2	179.145
Imobilizado	-	179.145	-
		<b>28.829</b>	<b>229.512</b>

  

2023	2022	2023	2022
Fornecedores	-	(1.362)	-
Empréstimos	-	(139.406)	-
Impostos a recolher	-	(343)	-
Arrendamento Mercantil	-	(15.332)	-
Outros passivos	-	(716)	-
		<b>(157.158)</b>	

  

2023	2022	2023	2022
Provisão por competência	146.115	58.853	145.859
Faturados	6.369	2.064	10.859
	<b>152.484</b>	<b>60.918</b>	<b>156.718</b>

  

2023	2022	2023	2022
CCB BDMG - Bom Sucesso	22.007	-	3.475
CCB BDMG - Mateus Leme I	10.699	-	1.729
CRI - Pedra Bonita	26.890	-	3.639
CRI - Pedra da Gávea	28.650	-	3.876
Holding	81	-	-
CCB Itaú - Renováveis	-	74	6
Banco Bradesco S.A.	-	428	335
Banco Itaú S.A	-	332	1.063
Horto Fomento Mercantil Ltda	-	-	1.100

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



TRINITY ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.									
Operações com preço fixo				Operações com preço variável - PLD+				Consolidado	
Mwh	Venda	Compra	Net Mwh	Mwh	Venda	Compra	Net Mwh	2023	2022
2038	4.380	-	(4.380)	2038	-	-	-		
2039	4.380	-	(4.380)	2039	-	-	-		
2040	4.392	-	(4.392)	2040	-	-	-		
2041	4.380	-	(4.380)	2041	-	-	-		
2042	4.380	-	(4.380)	2042	-	-	-		
2043	4.380	-	(4.380)	2043	-	-	-		
(short)/				(short)/					
Long	3.657.692	3.182.405	(475.287)	Long	3.245.280		(3.245.280)		

**c) Instrumentos financeiros por categoria valor de mercado e contábil:** O CPC 40 determina que a Sociedade deve divulgar os instrumentos financeiros por categoria, permitindo que o usuário da demonstração contábil avalie a significância dos instrumentos financeiros para sua posição patrimonial e financeira para análise de desempenho:

	Consolidado	
	2023	2022
<b>Ativos financeiros</b>		
<b>Custo amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	34.300	38.717
Contas a receber	151.872	69.821
<b>Mensurados a valor justo por meio do resultado</b>		
Valor justo (contratos futuros de energia)	159.237	224.336
	<b>345.408</b>	<b>332.874</b>

**Passivos financeiros:**  
**Custo amortizado**  
 Fornecedores 156.718 61.854  
**Mensurados a valor justo por meio do resultado**  
 Valor justo (contratos futuros de energia) 142.275 210.820  
**298.993 272.673**

**d) Mensuração do valor justo:** O CPC 48 define o valor justo como a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre as partes conhecedoras e dispostas a isso, em transação sem favorecidos: • **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2** – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • **Nível 3** – Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2023		Nível	Total
<b>Ativos financeiros, reduzido dos passivos financeiros</b>				
Instrumentos financeiros	16.962	16.962		16.962
	<b>16.962</b>	<b>16.962</b>		<b>16.962</b>

**21. EVENTOS SUBSEQUENTES (EXPRESSOS EM REAIS):**  
**a) Venda das UFVs:** Na data de 15 de março de 2024 foi formalizado entre Trinity Energias Renováveis S.A., Trinity Participações e Administração de Bens Ltda., Trinity Nordeste Participações e Administração de Bens Ltda. e Ivi Energia S.A., na qualidade de vendedoras e

**João Alberto Bertin Sanches** - Sócio Administrador  
**Thiago Areias Bissolotti** - Contador - CRC 1SP 259092/0-0

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**  
 Aos Acionistas e Administradores da **Trinity Energias Renováveis S.A.**, São Paulo – SP.  
**Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Trinity Energias Renováveis S.A. ("Sociedade")**, que compreendem os balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos se houver, dos assuntos na seção a seguir, intitulada como "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Trinity Energias Renováveis S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Conforme descrito na nota explicativa 1.3 "Combinação de negócios", a Companhia adquiriu o investimento Kompass Energias Renováveis S.A. ("Kompass") em 28 de dezembro de 2023, que está no montante de 21 milhões no balanço patrimonial na rubrica de investimento. Não examinamos, nem foram examinados por outros auditores independentes, até a data de emissão desse relatório de auditoria, as demonstrações contábeis dessa investida, relativo ao exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e não nos foi possível concluirmos sobre a adequação dos valores representativos desse investimento por meio de outros procedimentos de auditoria. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes nos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023, assim como nos elementos componentes das demonstrações individuais e consolidadas do resultado. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por nós, para as quais emitimos opinião sem modificação, na data de 10 de março de 2023. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de abril de 2024.

**BDO** BDO RCS  
 Auditores Independentes SS Ltda.  
 CRC 2 SP 013846/0-1

**Thiago Gonçalves Marques**  
 Contador  
 CRC 1 SP 254881/0-8

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/04/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

